



## SESSÃO ORDINÁRIA DE 26 DE ABRIL DE 2024

### ATA

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas quinze horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

#### 1 - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

#### 2 – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2023 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas;

2.3 – Apreciação e votação da proposta de integração do Município de Nelas como sócio fundador da ÁREADÃO – Agência Regional de Energia e Ambiente, bem como a proposta de Estatutos.

*O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:*

- Muito tarde a todos. Está aberta a sessão.

Quería cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente, os Senhores Vereadores, as Senhoras e os Senhores Deputados e todos os que estão presentes no Público. Boa tarde, para todos.

Começaria por fazer a chamada. Faça favor.

*(A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia, procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais)*

*A Senhora Primeira Secretária:*

- Temos 24 presentes e 4 faltas.

*(Faltaram os Senhores Deputados João Alfredo Lopes Ferreira, Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro, Pedro Renato Figueiredo Pinto e Ana Catarina Fonseca Duarte)*

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, eu começaria por justificar as faltas de quem enviou o pedido justificação: Do Senhor António Manuel Borges dos Santos, que disse que não poderia estar e substituímo-lo pelo Senhor Deputado Milton Duarte. Ana Carla Luzio, que não sei se está substituída. A Senhora Deputada Maria da Conceição Viana Sacramento Monteiro, que informou que não podia estar e, portanto, está justificada a falta também. E, à última da hora, o Senhor Deputado João Alfredo Lopes Ferreira que, por questões de saúde de um familiar, disse que não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

poderia estar. Portanto, estão justificadas as faltas e apenas pedidas duas substituições.

Então, no Período de Antes da Ordem do Dia, o ponto n.º 1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 23 de fevereiro de 2024.

Não sei se os Senhores Deputados querem fazer alguma intervenção sobre a ata. Não tendo nada opor. Quem, vota contra? Quem se abstém? Está aprovada por unanimidade dos 24 Senhores Deputados presentes, naturalmente.

Ponto n.º 2 – Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 08 de abril de 2024, do Senhor Membro da Assembleia, António Manuel Borges dos Santos, informando que estará ausente, no período de 22 de abril de 2024 a 04 de maio de 2024;

- Convite da Rede de Bibliotecas de Nelas para participar na 10.ª edição do Concurso de Leitura em Voz Alta e entrega dos prémios “Leitura a Par: leitura em família”, que decorreu no dia 12 de abril de 2024;

- E-mail, datado de 15 de abril de 2024, da Senhora Membro da Assembleia Ana Carla Luzio, informando que, por motivos de saúde, não poderá estar presente na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Nelas, marcada para as 15:00 horas do dia 26 abril de 2024, pelo que solicita a justificação da sua falta;

- Ofício n.º 4328, datado de 18 de abril de 2024, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 26 de abril de 2024.

### CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 02/2024, datado de 26 de fevereiro de 2024, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 23 de fevereiro de 2024;

- E-mail, datado de 09 de abril de 2024, enviado ao Ex.m.º Senhor Milton José Pais Duarte, convocando-o para fazer parte da Assembleia Municipal de Nelas, em virtude do Senhor Membro da Assembleia António Manuel Borges dos Santos ter informado que estará ausente no período compreendido entre 22 de abril de 2024 e 04 de maio de 2024 e ter solicitado a sua substituição durante esse período;

- Ofício n.º 03/2024, datado de 12 de abril de 2024, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão extraordinária comemorativa do dia 25 de abril de 2024, pelas 10:30 horas;

- Ofício n.º 04/2024, datado de 12 de abril de 2024, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária do dia 26 de abril de 2024, pelas 15:00 horas;

*O Senhor Presidente da Assembleia:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- O Expediente é a correspondência recebida e correspondência expedida, com os vários pontos que foram enviados aos Senhores Deputados. Não sei se têm alguma coisa a dizer sobre a correspondência. Habitualmente, não têm.

Ponto n.º 3 - Assuntos diversos dos da “Ordem do Dia”, de interesse para o Município: Informações, Pedidos de esclarecimento e Recomendações.

Não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer fazer alguma exposição sobre esta parte, ou se vamos, primeiro, pôr à sua apreciação.

Quem se quer inscrever neste ponto? Augusto Borges da Silva, Milton Duarte e João Paulo Almeida. Não há mais nenhuma inscrição até ver. Não quer dizer que se inscrevam depois. Então, dava a palavra ao Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, que foi o primeiro a inscrever-se. Faça favor, Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Obrigado Senhor Presidente.

Boa tarde a todos.

Eu queria só um pequeno esclarecimento. Reparei que, nas Contas, a obra da Av.<sup>a</sup> João XXIII está, financeiramente, finalizada até ao último dia do ano passado. Mas queria saber, até por questões de constrangimento ao comércio local, qual é que a data prevista para término de obra porque eu acabei de passar lá e aquilo continua em obras, queria saber qual é que a data prevista para o término da obra.

*O Senhor Presidente da Assembleia*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Segunda inscrição, Senhor Deputado Milton.

*O Senhor Deputado Milton Duarte:*

- Senhor Presidente da Assembleia

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Caras Deputados,

Estimado Público.

Senhor Presidente da Câmara, eu trago aqui só duas, ou três questões que lhe gostaria de fazer, que é a primeira sobre saneamento e tenho visto nas Redes Sociais um Município da Lapa do Lobo a queixar-se da falta de saneamento na Rua Casa da Guarda. Gostaria de questionar o Senhor Presidente da Câmara, o que é que tem perspectivado para o problema da falta de saneamento nesta Rua.

E na Rua da Corredoura, em Canas de Senhorim e até estou a olhar ali para o Senhor Presidente da Junta e ele também sabe do mesmo problema que eu vou falar. Há um Morador que se tem queixado do entupimento das caixas de esgotos e até tive conhecimento, hoje, através dele que foram lá limpar as caixas, mas o problema de entupimento continua. Gostaria, também de saber se o Senhor Presidente tem conhecimento deste problema e o que tenciona fazer na continuidade deste.

Sobre a água, gostaria de questionar como é que está a questão da dívida com a Câmara de Mangualde. Soube através do Senhor Presidente Marco Almeida que houve um Acordo. Não me disse muito mais. Gostaria de saber que tipo de Acordo é esse.

E gostaria de saber se o Senhor Presidente tem também alguma novidade sobre a pré-adesão às Águas Douro e Paiva, se há novidades nesse processo.

E tinha aqui também as obras da Av.<sup>a</sup> João XXIII, que o Senhor Deputado Augusto roubou-me a questão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

E, gostaria, também só para finalizar, já que estamos na reta final do mandato, dizer que, na minha opinião, aquilo que temos visto ao longo deste mandato é um retrocesso no desenvolvimento do Concelho, nunca antes visto no passado recente.

E isto é uma coisa que já não tem a ver com Partidos, na minha opinião, mas que tem a ver com a incapacidade e a impreparação e a falta de visão estratégica das pessoas que representam estes Partidos que estão à frente do Município.

E tinha aqui a dizer que, ainda mais, quem lidera uma Câmara, na minha visão, não pode, meramente, limitar-se a gerir as coisas como se de uma Associação se tratasse. É preciso investir e investir nas pessoas. E, olhamos aqui, ao lado, por exemplo, para os Municípios de Mangualde e Carregal do Sal, que estão a ter um desenvolvimento brutal.

É necessário ter visão e capacidade de investir nas pessoas e no território. E é preciso saber aproveitar os Fundos Comunitários, saber captá-los e criar desenvolvimento para os territórios. E isto é uma coisa que este Executivo não tem sabido fazer, inclusivamente, tem deixado cair muitos dos projetos que vêm do anterior Executivo, como foi, por exemplo, a Ciclovia e os MUPI's.

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia*

- Muito obrigado Senhor Deputado Milton Duarte. Terceira intervenção, Senhor Deputado João Paulo Guerra.

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra:*

- Boa tarde, Senhor Presidente,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Restante Mesa,  
Executivo.

Caros Colegas,  
Estimado Público.

Senhor Presidente, vou começar pelos esclarecimentos, aquilo que eu pedi.

Ora, queria, Senhor Presidente da Câmara, como é do conhecimento de todos, o Concelho de Nelas não tem uma cobertura total da rede de saneamento. Também é do conhecimento de todos que na fatura da água vêm cobrados saneamento, associado aos consumos de água, quer seja uma fossa séptica, ou estejam ligados à rede de abastecimento, ou de saneamento.

Ora, a CDU tomou conhecimento que foram enviadas várias cartas aos Municípes a solicitar o pagamento de 38,00 euros e não sei quê, vamos pôr isto a 40,00 euros, por limpeza de fossa séptica, a partir da terceira limpeza.

Assim, pergunto ao Senhor Presidente, o seguinte: Estando nós ainda em abril e segundo o ofício enviado aos Municípes, estes são chamados a pagar, por cada uma que se faça, despejos, até ao final do ano, se até abril já fizeram quatro limpezas, quantas mais vão ser feitas até ao final do ano?

O saneamento básico é um bem essencial para a vida das populações e é uma responsabilidade da Autarquia. Quando terá o Concelho de Nelas uma cobertura integral do saneamento ligado à rede? Como considera justo que as pessoas que pagam o saneamento de forma igual sejam prejudicadas por não estarem ligadas à rede? Que medidas vai tomar para corrigir essa injustiça?

Segunda questão, o Senhor Presidente, tomámos conhecimento que nas vésperas do 25 de Abril, a Câmara Municipal recebeu duas comunicações do STAL para a realização de dois



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Plenários. Um, nos Estaleiros e outro no Edifício da Câmara. O Plenário, nos Estaleiros, realizou-se na hora comunicada. Já o Plenário no Edifício da Câmara Municipal foi alvo de tentativa, por parte da Câmara, para que se realizasse fora do horário laboral, situação que não é conforme com a Lei.

Consegue o Senhor Presidente explicar por que razão a Câmara agiu desta forma, tentando que o Plenário se realizasse às 05:00 horas da tarde e não às 09:30 horas da manhã, conforme comunicação atempada do Sindicato?

Considera razoável que os Trabalhadores e que a atividade sindical sejam limitadas no exercício dos seus direitos, duramente conquistados e consagrados na Constituição da República?

Tem a expectativa de tornar prática recorrente da Autarquia esta situação isolada?

Pronto, isto são as questões. Agora, queria, então, passar à Moção.

### Moção

No quinquagésimo aniversário da Revolução – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático

O 25 de Abril foi uma Revolução libertadora que devolveu a liberdade e a democracia ao povo português.

Liberdade de pensamento e de expressão, sim, mas também liberdade de organização e de luta. Luta por mais pão, luta por saúde, educação, habitação e justiça para todos.

Com avanços e recuos, melhores ou piores resultados, o que está por cumprir ou realizar não é responsabilidade de Abril mas dos que nunca se conformaram com o que teve de mais avançado, transformador e progressista e tudo têm feito para empobrecer ou mesmo amputar expressões dessa dimensão.

Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia.

Comemorar Abril é assinalar e afirmar o Poder Local Democrático como uma das suas conquistas.

Abril foi e é um processo libertador desde logo ao dismantelar e substituir os centros de poder em que a força e a ação do passado fascista assentavam.

Foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.

Comemorar Abril é defender e valorizar o poder local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.

Comemorar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de regiões administrativas, completando, assim, o edifício do poder local com o nível regional a par dos municípios e freguesias que está por cumprir.

Comemorar Abril é afirmar e defender o Poder Local no que tem de mais avançado e democrático nas suas expressões de participação, pluralidade e colegialidade.

Comemorar Abril é devolver ao povo as freguesias liquidadas contra a sua vontade, repondo a proximidade, participação e representatividade que elas materializam.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

O Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.

Assim, a Assembleia Municipal de Nelas, reunida no dia 26 de Abril de 2024, delibera:

1 - Saudar o 50.º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;

2 - Reafirmar o espírito de serviço público que há 50 anos animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações e cuja ação deixou marca indelével no Poder Local;

3 - Defender o Poder Local Democrático, a sua autonomia e capacidade de realização, reafirmando Abril em cada dia de trabalho e de luta;

4 - Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatórios;

5 - Dar concretização ao processo de reposição das freguesias liquidadas;

6 - Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas e transmitir às novas gerações o que ela representou de acto de emancipação, democracia e liberdade.

Obrigado. Peço desculpa.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado João Paulo. Dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Então, muito boa-tarde a todas e a todos.

Cumprimento, naturalmente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia,

as Senhoras Secretárias,

a Senhora Vice-Presidente,

os Senhores Vereadores,

as Senhoras e Senhores Deputados,

os Estimados Presidentes de Junta,

e o Digníssimo Público.

No que concerne às interpelações feitas pelos Senhores Deputados Augusto Borges da Silva, Milton Duarte e João Paulo, e começando pelo Senhor Deputado Augusto Borges da Silva na Av.<sup>a</sup> João XXIII, a Av.<sup>a</sup> João XXIII tem o que é, em termos de procedimento da obra, a parte financeira e física, concluída no que é a parte de candidatura, embora haja, naturalmente, o que decorre até um período temporal onde ela tem que estar, efetivamente, concluída.

Nós temos feito reuniões de acompanhamento com o empreiteiro e a data que tem apontada para a conclusão é em final de maio de 2024, 31 de maio de 2024. É a data que temos e temos expectativa, por aí, ou eventualmente, com a data fixada nesse dia sendo o término da Av.<sup>a</sup> João XXIII. E a expectativa que nós temos, obviamente, com a informação e com o reforço que a empreitada vai ter, temos a expectativa que esta data seja concluída.

Obviamente que nós sabemos que datas e previsões nem sempre se batem com o que é nos dias em que se concluem. Sendo certo que há a intenção, obviamente, da Autarquia tem que ter a parte da conclusão e do próprio empreiteiro e temos essa expectativa, sim. Portanto, é o prazo que nós temos agora, com tudo o que possa dar. Depois, na próxima Assembleia, se o



Senhor Deputado perguntar-me alguma coisa sobre o prazo que lhe dei agora, mas é o prazo que nós, atualmente, temos.

No que concerne ao que disse o Senhor Deputado Milton Duarte, dizer duas coisas importantes: A Rua Casa da Guarda, como o Senhor Deputado sabe, já existe há uns anos grandes. E o saneamento nunca lá existiu. Dizer-lhe também que está o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, que num dos documentos que há-de vir numa próxima reunião de Câmara, que é, ao 25 de Abril também areja, também tem ventos de mudança.

Dizer-vos que também no que é e até vem para um ponto onde o Senhor Deputado diz que há falta de estratégia, há falta de planeamento, de investimento, de captação de investimento. Portanto, só nos Concelhos vizinhos de outra cor é que há panóplias de investimento. Para dizer uma coisa: Há aqui um documento que o Senhor Deputado, se calhar, passou-lhe um bocadinho ao lado, que se chama PT 2030. São os Investimentos Territoriais Integrados, onde o Município de Nelas foi contemplado com 5,4 milhões de euros.

Desses 5,4 milhões de euros, até é do conhecimento público, o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva esteve lá na assinatura do contrato, em dezembro e está lá contemplado, entre outras, já estão os Projetos a ser feitos até junho do ano corrente: Requalificação do Jardim-de-Infância de Senhorim; Requalificação do Jardim-de-Infância de Canas de Senhorim; Requalificação do Jardim-de-Infância e Escola do Primeiro CEB de Vale de Madeiros; Zona Industrial de Segunda Geração – Lado Nascente. Estão lá os quatro. As candidaturas estão abertas e são públicas. São candidatáveis. E estão consignadas no PT 2030, no que é o financiamento que está definido. Portanto, estas 4 candidaturas, nós estamos a trabalhar nelas. E são para ser entregues até junho deste ano e para serem implementadas mal sejam os procedimentos, naturalmente, salvaguardados.

Ainda no que concerne e já que falámos nisto, no PT 2030 e noutros financiamentos, recorro só uma coisa: Nós tínhamos, foi afixado, não sei se se recordam, só para avivar a memória, em agosto/setembro de 2021 os outdoors à frente das USF,s de Nelas e de Canas de Senhorim e das Escolas Sedes de Nelas e de Canas de Senhorim, a garantir candidaturas aprovadas com financiamento garantido. Nem estavam aprovadas, nem tinham financiamento garantido.

Moral da história: Requalificação das USF,s de Nelas e de Canas de Senhorim, a Coligação fez a candidatura ao PRR. E sabem que mais? Foi aprovado. Em vez de nós termos a participação, que estava lá, de 15% de financiamento na que não foi aprovada, na que foi aprovada em PRR é financiada a 100% e ainda é financiado o montante remanescente do IVA. Ou seja, a candidatura é financiada na totalidade.

Estamos a falar num valor global, com IVA, estimado de 3,1 milhões de euros e que, muito brevemente, já aqui falámos sobre isso, há um Diploma que entrou em vigor a partir de agosto de 2023, que obriga as empreitadas acima de 400.000,00 euros, a serem alvo de revisão de projetos. Tirei mal o curso. Devia ter sido Projetista, Engenheiro, Arquiteto, eventualmente, ou qualquer um de nós, porque, de facto, agora há esta questão de revisão dos projetos, obrigatório para projetos superiores a 400.000,00 euros. Há a parte em que é a conciliação entre o que é o Projetista e o que é o Revisor do Projeto, que já está, praticamente, concluída e será lançada a candidatura para a empreitada das duas USF,s.

E, portanto, para, ainda sobre a Saúde, está o Auto para ser consignado, o seu a seu dono, sempre o disse e mantenho. O Senhor Adjunto do Senhor Ex-Ministro da Saúde, o Senhor Dr. Manuel Pizarro, neste caso foi o Adjunto, o Senhor Dr. Eduardo Leal, foi de uma lisura e de uma colaboração inestimáveis com a Câmara de Nelas. Já o disse isso e mantenho. Tomáramos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

nós que todas as transferências de competências, ou todos os assuntos com a Administração Central fossem tidas com a elevação, com a colaboração e com a resolução pronta do Senhor Eduardo Leal. E eu digo e reafirmo que foi das relações mais profícuas que nós tivemos em termos do que é a negociação entre o Poder Local e o Poder Central, a Administração Central.

Daí verteu, entre outras coisas, no Projeto que houve, inicial, que estava aprovado e financiado e que, afinal, não estava, não era contemplada ali a intervenção onde estava a Unidade de Cuidados Continuados, que estava com a Santa Casa da Misericórdia. Foi incluído no Projeto, na Requalificação. Não fazia sentido, senão o edifício também não era requalificado.

E, neste âmbito, foi celebrado, na Adenda, o funcionamento pleno dos Polos de Saúde de Santar e de Carvalhal Redondo. Foi garantido também o funcionamento do horário fixo, que era até às 17:00 horas, para as 20:00 horas. No sábado, o funcionamento, que já está experimental ao sábado, ficar definitivo durante o dia todo, durante o sábado, até às 17:00 horas.

Também está em funcionamento já em período experimental com algumas Juntas e vai ser estendido, o Balcão SNS 24, que vai permitir dar uma resposta mais direta às populações e mais consentânea. De igual modo e ainda também na Saúde, está reforçado o que é a presença de Profissionais, no alargamento, desde a Consulta de Higiene Oral e as Consultas do que é de Nutricionismo e de Psicologia, com o reforço do horário.

Portanto, isto foi o que foi negociado em termos de Saúde. E foi negociado ao longo deste tempo. E o resultado é que vamos ter uma delegação de competências que vai ser feita e os dois edifícios vão passar para a Autarquia e vão vir requalificados, esperemos nós, naturalmente que haja, que as candidaturas sejam abertas e que apareçam empreiteiros. É importante que isso aconteça, naturalmente.

Mas, depois disso, ficaremos com os dois edifícios, que já têm umas décadas valentes, mais de quatro décadas, requalificados, com condições, preparados com Eficiência Energética, com condições para os Pacientes, com condições para quem lá trabalha e com condições para toda a gente que tenha que frequentar as USF,s.

Além disso, fica com condições, em termos do que é a resposta médica para isso. Fica com outra componente válida que é o preenchimento dos Quadros, o Corpo Clínico, os Enfermeiros e os Assistentes Técnicos. E fica com outra valência também que é uma que não tem sido, se calhar, injustamente, dado o relevo que deve ter, que é a passagem a Modelo B das USF,s. Já aqui falámos, a passagem a Modelo B é uma subida de patamar que existe e tem a ver com um aumento do vencimento dos Profissionais, nomeadamente, dos Médicos e do Corpo Clínico, mas também dos Assistentes Técnicos, mas, particularmente, o Corpo Clínico, que tem um aumento substancial da sua remuneração. E esse aumento substancial da sua remuneração implica, no seu Caderno de Encargos, uma fidelização grande às USF,s de onde estão a exercer, que permite que sejam fixados e não andem em mobilidade, por um lado.

E, por outro lado, não menos importante e não menos despiciente, naturalmente, o facto de ao fazer obriga a que tenham um Caderno de Encargos do Atendimento. Aquilo que nós, habitualmente, nos queixávamos da demora do Atendimento, ou da demora da prescrição, está tipificado e aceite. O próprio Balcão SNS 24 também contribui para o efeito, embora o Modelo B das USF,s a isso obriga. Canas de Senhorim já passou a Modelo B e está a fazer-se a regularização da USF Estrela do Dão, de Nelas. Portanto, no que concerne à Requalificação das USF,s de Nelas e de Canas de Senhorim, está realizado.

No que concerne à Requalificação das Escolas Sedes, das chamadas Escolas Secundárias, como é o entendimento generalizado que possa ser feito, também ela foi formalizada. Acabou de ser formalizada em 28 de março passado, num financiamento total, com



IVA, de 7 milhões de euros, do que é o Regulamento. À semelhança das USF,s, nas Escolas o investimento é por metro quadrado. Por isso é que há uma disparidade, por exemplo, a USF do Coração da Beira, de Canas de Senhorim, para a Estrela do Dão, de Nelas, porque a área é maior.

Portanto, a candidatura, não somos nós que assumimos o montante. O montante é conforme a área de intervenção e tem a ver com a área, por metro quadrado, igualmente, nas Escolas, só que aqui a disparidade é muito menor porque as Escolas são mais, ou menos, da mesma dimensão. Portanto, estamos de um financiamento que ainda não está, completamente, definido porque, como sabem, foi, no início, lançado no PT 2020/PT 2030, entretanto, com o reforço de PRR. Falta ainda ver onde é que fica a gavetização, na terminologia utilizada atualmente, mas o financiamento, a candidatura é de 6.422.770,70 euros. E o valor estimado, com IVA, ao contrário do Centro de Saúde, que é compartilhado através do Orçamento de Estado, este não será, em princípio.

E, de igual modo, também foi aprovada a candidatura, no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões, um Projeto que nós achamos, de facto, bastante estruturante para o território, que tem a ver com a construção de habitação a custos acessíveis. Já vou à Habitação Social. A habitação a custos acessíveis tem um financiamento do PRR de 6.160.700,00 euros, dos quais, para edifícios públicos, 7.749.200,00 euros e edificado privado 2.411.500,00 euros. E tem a ver com o que pode ser uma oportunidade soberana para nós fazermos Requalificação e Reabilitação Urbana, por um lado. E, por outro lado, não menos despidendo, de alguma forma, darmos resposta ao que temos de falta de habitação e, em particular, para os Jovens, para se fixarem. Mas direi, para a população em geral.

Dos edifícios públicos que estão aqui elencados, estamos a falar de tudo que é edifício público que vai ser requalificado: Escolas, Património, Edifício da EDP. A quantidade que temos de edifícios que vão ser requalificados, naturalmente, para habitações a custos acessíveis. Mas há depois aqui uma oportunidade também para os privados. É obrigatório, vai ser feito um Aviso Público e qualquer um de nós se pode candidatar e negociar, diretamente, com o IHRU.

A negociação da aquisição do edifício será feita com o IHRU. Depois a gestão será feita, numa primeira instância, as empreitadas são a cargo da Autarquia, que lançará as empreitadas. E ao fim do período temporal, entre os 20 anos, 25 anos, consoante o montante que esteja afeto, depois as casas ficarão sobre a propriedade da Autarquia, como funcionava antigamente, as chamadas Casas do Povo, digamos assim.

Mas a construção de habitações a custos acessíveis vai ter este investimento de 2.411.000,00 euros para os privados. Vai haver um Aviso Público. E, até no desafio que lançámos aos Senhores Presidentes de Junta, ser uma oportunidade soberana para se trabalhar também com o privado. Não é fácil. Podem ter vontade, ou não, naturalmente, de vender o Património.

Mas temos várias Zonas no nosso Concelho, no nosso território, nas nossas Freguesias, que poderíamos, com a ação da Câmara, em sintonia com as Juntas de Freguesia, fazer reabilitação e reabilitação urbana em partes antigas que já aqui falámos, ou em Zonas ainda mais degradadas que podemos, eventualmente, recuperar.

Dizer ainda, para não ser muito fastidioso, mas para tentar também ir ao encontro, um pouco do que estávamos a falar aqui. Estamos a falar do investimento de mais de 7 milhões de euros do ITI, além destes que nós falámos. Na próxima reunião da Assembleia Municipal, além disto, do ITI, traremos um complemento, que é no PT 2030, é um investimento global para todo o território, mas não é o que nós escolhemos. Há um conjunto de investimentos que nós se queremos ir, nós até podíamos querer cadeiras vermelhas, mas só há verdes. E, então, temos que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

comprar cadeiras verdes, vamos ter que nos candidatar a ter cadeiras verdes. E, portanto, há um conjunto de coisas que não está lá. Nós falámos aqui. Foi consensualizado. Em reunião de Câmara falámos disso, profusamente, na Assembleia. Fechar o Ciclo Urbano da Água. A parte da Educação. A Requalificação Energética que é onde há grande parte do investimento. Mas não contempla o que é a coesão territorial e os investimentos de coesão municipal porque, em abono da verdade, ficam, apesar de ser equipamentos municipais, não espelham o que possam ser os investimentos da Freguesia.

Achámos nós, por bem, também, naturalmente, fazer um modelo onde pudesse, de alguma forma, expressar o que são os anseios, quer do que é que a Coligação se propôs concretizar, quer o que também são os anseios das Juntas de Freguesia. Divulgarei um documento que iremos apresentar à Assembleia Municipal, na próxima Assembleia Municipal, de que são contemplados em sintonia com os Senhores Presidentes de Junta e com os Representantes das Juntas de Freguesia, o que são os investimentos.

E os investimentos não são os valores referenciais. Lá é como, basicamente, o PT 2030. Os valores que lá estão não são os valores finais, nem globais. É impossível, com aqueles valores, concretizar o que lá está. Mas funciona também como uma verba alocada para a concretização do Projeto. Naturalmente que a verba que lá está. Se puder falar sem ter ruído de fundo, agradecia.

De qualquer maneira, para concluir, em termos do que é o investimento, este investimento que nós temos é como no PT 2030. Nós temos uma participação até 85%. Os outros 15% é o Município que tinha que assegurar, ou mais, porque até pode ser um valor superior e em vez de ser para participação de 85%, diminuir e ter que ser um maior esforço do Orçamento Municipal. E, aqui, é igual. É uma questão de coesão territorial. É uma questão de equilíbrio e é uma questão de desenvolvimento integrado e harmonioso.

E, portanto, os valores que nós estamos a falar e das obras que foram elencadas também em sintonia com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, com o objetivo claro de preconizar o objetivo. Naturalmente, que não se cinge só àquelas obras, mas são as obras que são prioritárias. E são essas que nós também nos identificamos com elas. E com a ideia plena que, obviamente, que não é um valor final, que é um valor que será complementado com o erário municipal, à semelhança do que é o PT 2030, ou qualquer outra candidatura que decorra.

Dizer ainda que, no que concerne à Habitação Social, nós tínhamos o Primeiro Direito. Havia uma candidatura que foi feita e foi formalizada em setembro de 2021. E, em setembro de 2021 havia uma participação e havia uma parte em que seria, naturalmente, com recurso ao financiamento do Orçamento Municipal. Nas candidaturas, o que nós fizemos foi passar a candidatura, neste Acordo que estava feito, para PRR, com financiamento a 100%. Julgo que, naturalmente, em termos do que é prevalecer o interesse e o financiamento público, foi salvaguardado.

Estamos ainda à espera, já há 2 anos, já passa, da candidatura que fizemos do PAMUS - Mobilidade 360, à Requalificação do Centro Histórico de Santar, entre as candidaturas diversificadas que vamos fazendo e que vão aparecendo, como as do Fundo Ambiental, que nos candidatámos, ou equipamento digital do Cineteatro, ou do Condomínio das Aldeias. E um conjunto de candidaturas que vão, entretanto, surgindo, ou da Requalificação do ICNF. Portanto, em termos de candidaturas. Julgo que, eventualmente, peço desculpa ao Senhor Presidente, se me alonguei, tenho a ideia que me alonguei um bocadinho, peço desculpa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Isto, para terminar, no saneamento, da Rua da Casa da Guarda, que está tipificada neste investimento de coesão municipal. Sim, nós sabemos também da Rua da Corredoura, em Canas de Senhorim, também sabemos.

Sabemos que muito disso, não é desculpa, mas é assim: Muitos dos problemas que existem, não existem de agora. Não foi porque nós aterrámos agora aqui e, de repente, o saneamento apareceu e as águas pluviais. Nós sabemos que o grande problema que nós temos é que temos muito do que é a rede pluvial ligada à rede de saneamento. Portanto, temos uma sobreposição grande de redes de escoamento. E depois temos problemas derivados. Não é fácil resolvê-los. Mas, alguns vão tentando ser, nitidamente, mitigados.

A Rua da Corredoura tem sido, basicamente, tentar resolver o problema de uma forma, mas não é só da Rua da Corredoura. Só ali bem perto temos um conjunto grande, não só em Canas de Senhorim, mas ali, bastantes, as Lameiras. Temos ali muita coisa, junto ao Parque da Feira, temos ali muita coisa para resolver. E estamos a falar só de Canas de Senhorim, sem irmos, naturalmente, aos outros territórios.

Sobre a questão da água com Mangualde, eu, há assuntos que só se tornam do domínio público, na minha aceção, não quer dizer que seja eu que esteja certo e posso, naturalmente, os Senhores terem ideia diferente. Eu respeito isso. Há questões que eu prefiro tratá-las como têm que ser tratadas, institucionalmente. E, depois, quando elas estiverem concluídas, serem comunicadas. Mas é natural que as pessoas também queiram ter informação sobre isso. O que eu posso dizer é que a questão com Mangualde tem a ver, não tem a ver só com isto, mas com outra coisa. Como os Senhores sabem, há um Estudo da APA, que já foi entregue à Câmara de Viseu, que é a Entidade, ou a Câmara, que tutela a Barragem de Fagilde e estamos a falar, também falou aí na adesão às Águas Douro e Paiva e acho que até foi também o Senhor Deputado Milton que falou.

Nós estamos a falar aqui na adução em alta da água ao Município. Nós somos, completamente, dependentes de Fagilde, na água. Não temos um Plano B para a água. Portanto, é Fagilde que nós temos. Há um novo Estudo para a nova Barragem da APA. Nós ainda nem sabemos o Estudo. A Câmara de Viseu tem o Estudo. Já lhe foi entregue. Já pedimos uma reunião, nós, Mangualde e Penalva do Castelo, para essa reunião ser feita porque tem a ver com a adesão à Águas Douro e Paiva também e o modelo da construção da nova Barragem de Fagilde.

A outra coisa que estamos a falar aqui é no abastecimento. O abastecimento em baixa é um assunto que está a ser, há aqui, desde há muito tempo, há um Protocolo e uma Adenda a um Protocolo. O Protocolo ainda foi feito, na altura, pelo Senhor Presidente, o Senhor Dr. José Lopes Correia. E é um Protocolo que havia porque, nós, basicamente, há um valor que vem de água, que não são valores atuais, de Fagilde para Mangualde o custo da água vem a 32 cêntimos. De Mangualde para Nelas anda à volta dos 52 cêntimos, 53 cêntimos, o valor.

Portanto, há um hiato. Mas há um custo também porque de Viseu para Mangualde vai direto e depois nós temos Tabosa, temos uma parte intermédia, digamos assim, que faz com que depois a água venha para Nelas. Naturalmente que há custos. Há custos de Pessoal. Há custos elétricos. Há custos de manutenção. Há um conjunto de custos que têm que ser associados.

O entendimento dos Serviços, já desde essa altura e depois nos mandatos também posteriores, havia ali um entendimento onde havia aqui um hiato do que era o valor que era cobrado e o valor que era entendido pelo Serviço e pela Câmara, já há muitos anos, que havia esse diferencial.



Portanto, quando nós iniciámos, já há um tempo, com Mangualde, no início de 2023, foi haver aqui uma forma de nós vermos se aquele valor se repercute, efetivamente, porque há uma discrepância do que foi o entendimento sempre de Nelas, da Câmara de Nelas, desde sempre, qual era o valor e o valor repercutido.

Portanto, é nesse seguimento que nós estamos a trabalhar, juntamente com a questão da nova Barragem, do Estudo da APA, da água em alta e da água em baixa. A água em baixa é importante, como os Senhores Deputados também sabem. E o Senhor Deputado Milton está bem informado e muito bem sabe que muitas das candidaturas da água, nomeadamente, da água em baixa, vai implicar que estejamos a funcionar em termos de agregação. Ou seja, temos que ter uma dimensão de cerca de 50.000 habitantes, coisa que o Município de Nelas não tem, nem a maior parte.

Há Municípios que já estão agregados. Os Municípios que estavam no Planalto Beirão estarão, alegadamente, a fazer a integração também da água em baixa, a ANTEL. E temos, aqui bem perto a Águas Públicas da Serra da Estrela a fazer o mesmo, por exemplo, entre outras, que permitem que, no que seja o modelo de candidatura, obrigue a que haja uma agregação dos Municípios. E também estamos a trabalhar nisso.

Portanto, eu estou-lhe a dizer isto porque o pacote que está a ser negociado, ou que está a ser falado em água, não se esgota somente no que é o consumo da água, mas no que é a água no seu todo, particularmente, na parte que é mais, não direi mais relevante, mas que tem o custo maior, que é o abastecimento em alta porque o abastecimento em alta e a nova Barragem estão, intimamente, ligados com esse sentido.

A questão da aplicação dos Fundos Comunitários, acho que já respondi.

O Senhor Deputado João Paulo, a cobertura da rede de saneamento, também gostava. Deixe que lhe diga que eu acho que nós fizemos um trabalho notabilíssimo. Já falámos disso. O Município de Nelas fez ao longo dos anos um grande trabalho nesse sentido e Portugal também, no que é a cobertura de rede de saneamento. Como tudo na vida, nunca estará cumprido. Nunca está cumprido Abril. Nunca está cumprido o saneamento. Obviamente, vão aparecendo novas casas, novas edificações e nós ainda temos bastantes lugares onde não temos, de facto, saneamento. E, onde, se calhar, fazer lá saneamento, também não é, assim, tão fácil. Agora, é um problema que tem que ser resolvido.

E, sim, é verdade. De facto, alguns Moradores não terem o acesso ao saneamento e terem fossas, o que obriga a recolha de fossas, vai obrigar-nos, provavelmente, a fazer também aqui uma atenção especial com o impacto que possa ter. Mas isso também é uma evolução do sistema. Nós fizemos uma atualização também dos tarifários que fomos obrigados a fazer por Lei, também. E, naturalmente, que há normativas que nós tivemos que cumprir. Mas também é natural que no decorrer, quando se implementa qualquer que seja o Regulamento, que haja necessidade de se fazer ajustes. Mas, nós, também cá estaremos para os fazer e para fazer o que seja justo e o que seja, essencialmente, faça sentido também ser feito. Corrigir o que seja possível corrigir, dentro do que é o espírito da Lei.

Sobre a questão do STAL, muito barulho por nada, Senhor Deputado. Foi tratado, diretamente, comigo. Isto, para lhe dizer o quê? Pode-se acusar de alguma coisa. O STAL fez-nos a convocatória para duas reuniões. Uma, sem problema. A outra estava a decorrer. O que foi dito, foi dito por mim. Fique ciente disso. Esse espaço, à hora, estava a ser utilizado. Era pelo Centro de Emprego e Formação Profissional. Portanto, das duas, uma: Ou mudam de horário, ou mudam de dia, ou de espaço. Isso foi garantido, Senhor Deputado.

Da minha parte, está tudo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Obrigado Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Eu perguntava aos Senhores Deputados que fizeram as suas intervenções, Augusto Borges da Silva, Milton Duarte e João Paulo Guerra, se se consideram, devidamente, esclarecidos pelo Senhor Presidente da Câmara. Então, parece que ainda não estarão os dois.

Faz favor Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Obrigado Senhor Presidente.

Relativamente àquilo que a Bancada do Partido Socialista, às questões que foram colocadas, nomeadamente, pelo Colega Milton, o Senhor Presidente aproveitou para fazer um intróito, ao estilo de informação do Senhor Presidente da Câmara, portanto, furtando-se ao Período indicado para fazer esse tipo de apreciação, mas respeitável, que respeito desde que também tenha tempo para tecer as minhas considerações. Pronto.

O Senhor Presidente mencionou e bem que também estive, portanto, na apresentação do ITI, no Pacto Territorial, portanto, em Viseu. Mas discordamos numa questão, Senhor Presidente. O Senhor Presidente apresenta um roulement de Fundos Comunitários a que diz que se vai candidatar. Eu confio na candidatura. Mas não confio na execução. E não confio na execução por vários pontos que passo a citar.

O primeiro é porque o PT 2020 tem uma execução pior do que medíocre, miserável. E vai aparecer nas Contas que a seguir vamos poder apreciar, ponto a ponto, que a execução é, absolutamente, miserável. Não foi cumprido nada daquilo que estava candidatado, aprovado, projetado. Não está nada, nada está executado. Essa é a primeira questão.

A segunda questão é que, como vem nas Contas e consta da informação do Senhor Presidente da Câmara, a Tesouraria da Câmara está, completamente, completamente, tomada por Despesa a Curto Prazo.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Deputado, não estamos na Conta de Gerência.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Não, não, estou a dar as razões pelas quais, na sequência do esclarecimento do Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Faz favor, então. Penso que não será o momento adequado. Mas, faça favor, então.

Pode continuar.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- O terceiro é porque a margem de endividamento e foi o que o Senhor Presidente da Câmara acabou de anunciar, que vão ser feitas obras nas Freguesias. E, aí, digo, o Senhor Presidente disse e bem, com recurso a recursos próprios da Câmara Municipal de Nelas. O que quer dizer é que, sem desmérito para a necessidade das obras que estão a ser projetadas para as Freguesias, que são necessárias. Mas o Senhor Presidente está a instituir uma política de utilização da margem de endividamento da Câmara Municipal de Nelas para financiar a 100% as obras que vai realizar.

Não, não foi isso que eu disse. Eu disse: É isso que está projetado. O Senhor Presidente vem falando, à, porque depois, que era a sua grande crítica, à, estamos a contratar empréstimos. Não interessa. As obras são financiadas, mas estamos a contratar empréstimos. Estamos a consumir a margem de endividamento. A Câmara de Nelas está a ficar endividada. Não só se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

propõe a fazer isso, como propõe-se a fazer isso para financiar obras que a Câmara de Nelas vai ter que pagar a 100%. Essa é a terceira razão. E, relativamente a isso, falou também: Habitação Social, deixou cair o Projeto de Habitação Social que estava financiado e projetado a 100%. Água: Deixou cair a água. Portanto, os Fundos Comunitários que vem anunciar agora para o PT 2030, muitos deles, estavam, inclusivamente, já financiados, já projetados, já aprovados. E deixou cair com uma execução miserável dos Fundos Comunitários.

Senhor Presidente, em matéria de Fundos Comunitários, responder ao Senhor Deputado Milton a dizer que estamos a projetar um grande investimento e estamos a projetar um grande Ciclo de Fundos Comunitários em Nelas é falso. Não é verdade. Não é credível. Não tem a mínima confiança, tendo em conta o histórico e a orientação da gestão que vem tendo a Câmara Municipal de Nelas. É falso. Não é credível.

Num segundo ponto, ai aqui temos que tocar onde dói, também, não é? Tudo que está a anunciar, está a anunciar com recursos aos empréstimos. Desculpe lá. Não é? Então, mas para alguém que vinha controlar a dívida da Câmara, terminar com o recurso corrente aos empréstimos, está a anunciar investimentos com empréstimos. Eu não tenho pudor nenhum em falar disso, acho que os empréstimos devem ser feitos para financiar obras participadas, ou não e de médio e longo prazo.

Agora, o Senhor Presidente é que tinha problemas com isso. E, agora, anuncia, a um ano das eleições, um recurso a um empréstimo para uma obra que a Câmara de Nelas tem responsabilidade de financiar a 100% e ainda diz que vai recorrer a Fundos Comunitários com empréstimos. Senhor Presidente, não percebo.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhor Deputado João Paulo.

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra:*

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara, não me respondeu, completamente, à questão do saneamento porque o Senhor, eu fiz-lhe uma pergunta, porque estão a ser cobrados pelo mesmo serviço, duas vezes. E o que é que a Câmara vai fazer quanto a isso? Pronto. Era só essa questão que eu queria.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

O que eu tinha dito ao Senhor Deputado João Paulo, o que nós tínhamos falado aqui era, na questão do saneamento, a recolha, o Senhor Deputado estava a falar na recolha dos resíduos.

O Regulamento foi aprovado, está a ser aplicado e nós estamos atentos a isso. Como lhe disse, vai ser estudado e vai ser analisado de repercutir, fielmente, o que lá está e terá que adaptar-se e ser revisto o ponto da situação.

Ó Senhor Deputado, não leve a mal. Eu acho que a explicação está. Pode não ser a explicação que o Senhor Deputado não pretende ouvir. Mas, parece que a explicação é plausível. Há o Regulamento. Tivemos que o fazer. Tivemos que o atualizar. Tivemos que o submeter. Está lá.

Agora, naturalmente, como qualquer Regulamento, haverá sempre alguém que ache que não seja justo, ou que não concorde com ele. Agora, se pergunta se há sensibilidade do Executivo para ver isso? Há. Claro que sim.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Nos considerandos do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, quando invoquei que estive lá, não foi para ser um Juiz de causa. Eu percebo isso. O Senhor Deputado estive lá, circunstancialmente, só. Só para lhe dizer isto. E como também sabe bem. Parabéns pela Oratória, também. Mas também sabe bem que o PT 2030 subjaz a uma questão que tem a ver com uma comparticipação de 85%, que é financiamento garantido.

Quando nós falamos destes 5,45 milhões de euros, é financiamento garantido que está contratualizado. Portanto, aquele financiamento já está atribuído ao Município de Nelas. Não estamos a falar aqui de um valor que vamos fazer um empréstimo daquele valor. Aquele valor existe e é nosso. O remanescente complementar, sim. Claro, mas eu também não disse o contrário, Senhor Deputado.

Sobre a Despesa Corrente, ó Senhor Deputado, nós podemos falar depois disso mais tarde. Mas, sobre a Despesa Corrente e sobre o histórico dos incumprimentos e de Despesa de Capital, deixe que lhe diga que o Senhor Deputado e a Bancada do Partido Socialista também têm um conhecimento muito aprofundado do assunto. Se vamos falar de Despesa de Capital e de taxa de Despesa de Capital e de incumprimento e do que foi a conclusão dos projetos. Só para lhe dizer que no ano de 2023 e teremos oportunidade de falar nisso, foi quando nós acabámos muitos dos que eram os projetos do PT 2020.

Por mais que fale da narrativa do deixar cair, não é, de todo verdade. Assim como não é, de todo, verdade também, dizer uma coisa. É assim: Então, se nós aqui, durante 2 anos, disseram assim: Então, mas há margem de endividamento, há obra para fazer. Não há obra nenhuma. Não há estratégia. Não há obra. Não há nada. Quando há obra e estratégia já há endividamento? Isto é a história da garrafa. É sempre diferente.

Sobre o histórico e sobre deixar cair a Habitação Social. Sobre deixar cair a Habitação Social, eu habituava-me, quando era Vereador da Oposição, também ouvia e respeitava as regras institucionais da Assembleia Municipal. Respeitava. Eu respeitava. E tenho provas inequívocas. Não tenho margem de dúvidas enquanto a isso.

Na questão de deixar cair a Habitação Social. Peço desculpa, Senhor Deputado, mas não é de todo, verdade. Está a falar do Primeiro Direito. Não é verdade. O Senhor Deputado sabe que foi assinado aqui neste espaço, não preciso datas, foi em setembro de 2021, não preciso a data ao certo, o Acordo com o Senhor Secretário de Estado, com um investimento de 6 milhões de euros, cinco e qualquer coisa milhões de euros, ou à roda de 6 milhões de euros, que tinha uma comparticipação, julgo que de 60% e depois o remanescente do esforço financeiro da Autarquia.

O Projeto não caiu. Está, rigorosamente, igual. Passou, foi para o PRR onde nós, em vez de fazermos um esforço do que tínhamos da comparticipação, temos um apoio de 100% de financiamento. O Senhor não acha positivo, Senhor Deputado? Eu acho. Portanto, no que concerne a isto, não sei o que é que posso dizer mais. Agora, perceba o Senhor Deputado também outra coisa: Por mais que eu lhe dê alguma resposta ao que nos solicita, achar que não fica, cabalmente, esclarecido? Compreendo, naturalmente, que assim seja.

Nesta questão, também em concreto, da Habitação Social, o que foi feito é, dir-me-á: Então, mas se o Executivo fosse do PS, também não fazia o mesmo? Fazia. Não estou a dizer o contrário. Eu não estou aqui a entrar em nenhuma demagogia. Eu estou a dizer é que, efetivamente, no final, há um ganho. No final do dia há um ganho para o Município porque o Projeto mantém-se, vai continuar, vai-se fazer. Em vez de termos um investimento de 2,4 milhões de euros que, se calhar, teria que se recorrer a empréstimo, não vai ser necessário porque vai ficar em sede de PRR e é participado a 100%.

Obrigado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente. Então, considerando-se esclarecidos agora, à segunda volta, para encerrarmos o primeiro Período da Ordem do Dia, falta votarmos esta Moção dos 50 anos do 25 de Abril – Comemorar Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático. É a Moção apresentada pelo Senhor Deputado João Paulo Guerra.

Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, está aprovada por unanimidade.

Então, encerrado este primeiro ponto, passaríamos ao Período da Ordem do Dia.

A Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mos Senhores Membros da Assembleia

Ex.mos Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de março de 2024, bem como a sua situação financeira.

**SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO**

Informação sobre obras municipais, ambiente, gestão urbanística e planeamento são as seguintes:

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias;

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Consolidação de diversos imóveis para proteção de pessoas e bens em diversas freguesias;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Aquisição de terrenos para ampliação das Zonas Industriais e para instalação de infraestruturas;

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente

Construção da Área de Serviço de Autocaravanas

Construção do Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar– CAVES”

Requalificação do Mercado Municipal de Nelas

Requalificação dos Parques Infantis de Igreja, São João do Monte e Caldas da Felgueira

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas

**MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

No referido período a Loja de Cidadão de Nelas realizou 5.061 atendimentos, tendo-se verificado que os postos de Atendimento do Município de Nelas / Espaço do Cidadão foram



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

responsáveis por 41% do total destes, seguidos do ISS e das Finanças com 36% e 23%, respetivamente.

Foram registados / gerados no front office (Espaço de Cidadão / Câmara Municipal) do Município 1.486 documentos (requerimentos e ordens de serviço) do âmbito dos serviços do município.

Não se verificaram reclamações no livro de reclamações.

Durante o período em consideração foram efetuados 168 pedidos através da plataforma dos serviços online. Novos utilizadores registados: 20

Foi reforçada a lista de serviços disponíveis nos Espaços de Cidadão com os seguintes

AMA – Pedir a certidão de deferimento tácito

ASAE – Comunicar que se vão realizar saldos

ASAE – Realização de saldos – comunicação de alteração

ASAE – Comunicar que se vai realizar uma liquidação

ASAE – Realização de liquidações – comunicação de alteração

ASAE – Venda Especial Esporádica – comunicação

RJACSR – Ocupação de espaço público – instalação de equipamento

DGAE – Exercer a atividade de feirante ou vendedor/a ambulante

DGAE – Feirante ou vendedor ambulante – alteração da atividade

DGAE – Feirante ou vendedor ambulante – cessação da atividade

Implementação de Novos serviços do âmbito do Município.

Resultante da entrada em vigor do “SIMPLEX Urbanístico”, que aprova a simplificação dos licenciamentos urbanísticos, foram realizadas sessões de capacitação dos técnicos de atendimento bem como alterações nos serviços online e nos formulários a disponibilizar, em colaboração com o Serviço Técnico de Obras e Licenciamentos Particulares;

Com a entrada em vigor do “Regulamento de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas”, foram operacionalizados nos canais de atendimento Municipal.

### SERVIÇO DE DESPORTO

Atividades de Enriquecimento Curricular – AEC - Deu-se continuidade à disciplina de Atividade Física e Desportiva inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular direcionadas aos alunos do 1º ciclo do Ensino Básico, Atividade Física e Desportiva no Pavilhão Desportivo Municipal e nos recursos espaciais do Centro Escolar e nas Piscinas Municipais Cobertas com aulas de adaptação ao meio aquático.

“Crianças em Movimento...” Deu-se continuidade ao projeto, direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora, onde participam todos os Jardins-de-infância do Agrupamento de Escolas de Nelas e de Canas de Senhorim. Sendo que os Jardins Particulares do concelho, nomeadamente Centro Paroquial Vilar Seco, Jardim-de-infância “Girassol”, Escola João de Deus e Jardim-de-infância “Malmequer”, frequentando apenas as aulas de Adaptação ao Meio Aquático, nas Piscinas Municipais. No total estão envolvidas cerca de 300 crianças do concelho.

Atividades Desportivas da Universidade Sénior - Continuação da colaboramos com a dinamização das atividades desportivas da US, assegurando no total 6 aulas semanais, duas de Hidroginástica, Ginástica de Manutenção, Zumba e aulas do projeto Itinerante na freguesia da Aguieira e da Lapa do Lobo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Projeto “A Hora dos Super Quinas” - Continuação da dinamização do Projeto nas aulas das Atividades Extracurriculares - AFD do 1.º Ciclo do Ensino Básico, com o objetivo de promover nas crianças a aquisição de estilos de vida ativos e a melhoria da literacia motora através da participação em atividades físicas e desportivas que lhes proporcionem experiências e brincadeiras significativas, positivas, prazerosas e muito divertidas, através da construção de sessões que sejam marcantes e inesquecíveis para as crianças.

Projeto “Andebol4kits” - Realizou o Encontro de Andebol “Festand” no centro Escolar de Nelas, uma das fases do projeto “Andebol4Kids” em colaboração com a Associação de Andebol de Viseu, onde participaram os cerca de 500 alunos dos Agrupamentos de Escolas de Nelas e Canas de Senhorim. Este projeto tem como objetivo a promoção e desenvolvimento da modalidade de Andebol no 1.º Ciclo do EB.

HIDROBYNIGHT - No âmbito do Dia Mundial da Água, 22 de março, realizou-se uma mega aula de AquaFitness nas Piscinas Municipais Cobertas, aberta à comunidade, onde participaram cerca de 30 utentes que durante uma hora se divertiram e vibraram ao som da música do DJ Kiki.

Escola Municipal de Natação - Circuito Municipal de Escolas de Natação

Da Escola Municipal de Natação faz parte a turma da pré-competição, alunos estes que foram selecionados para fazerem parte da equipa. Ao longo do ano participam no Circuito de Escola de Natação no qual competem 13 escolas de Natação. Assim a equipa deslocou-se às Piscinas Municipais de Lamego a 4 de fevereiro e às Piscinas Municipais de Aguiar da Beira a 16 de março.

Torneio De Natação Professor Afonso Saldanha

Os alunos da Escola Municipal de Natação selecionados nos vários grupos participaram no torneio de Natação a 2 de março em Vouzela.

INSTALAÇÕES

Agrupamento de Escolas de Nelas

No âmbito do protocolo de cedência entre o Agrupamento de Escolas de Nelas e o Município para o ano 2023/2024. Nesse âmbito, foi proporcionado à escola um horário, na Piscina Municipal Coberta e no pavilhão Desportivo, para desenvolver atividades relacionadas o Desporto Escolar.

Piscina Municipal Coberta

Continuação do funcionamento das Piscinas Municipais Cobertas para a época 2023/2024 nomeadamente das aulas da Escola Municipal de Natação com: Natação (a partir dos três anos), AquaFitness, Utilização Livre (Sem orientação técnica) e Equipa de Pré-competição (grupo que se insere numa vertente competitiva que participa nas competições no âmbito do Circuito Municipal de Escolas de Natação). À presente data, nos vários grupos de ensino estão inscritos cerca de 394 alunos nas aulas com orientação técnica.

Pavilhão Desportivo Municipal

Toda a atividade do Pavilhão Desportivo Municipal manteve-se sem quaisquer alterações, continuando a ceder as instalações para diversas atividades, nomeadamente: Ao clube ABC de Nelas para treinos e jogos de competição em vários escalões nas modalidades de Andebol e Futsal; Ao Agrupamento de Escolas de Nelas para desenvolvimento das aulas de Educação Física e para todas as dinâmicas relacionadas com o Desporto Escolar; Ao Serviço Educativo do Município SEC, para desenvolvimento das atividades extracurriculares de Atividade Física e Desportiva dos agrupamentos de escolas de Nelas e Canas de Senhorim e projeto Férias em ação. Ao clube Sport Lisboa e Nelas para o torneio infantil Nelas Cup.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

### Estádio Municipal de Nelas

No âmbito de toda a atividade competitiva e de formação, desenvolvida pelos clubes que utilizam a instalação do estádio Municipal de Nelas, tivemos:

Cedência das instalações ao clube Sport Lisboa e Nelas para treinos e jogos nos escalões de petizes e traquinas, sub 10, sub. 11, sub. 12, sub. 14 e Seniores e torneio infantil Nelas Cup.

Cedência das instalações para treinos e jogos do calendário de jogos particulares do SCN e Veteranos.

### ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS

Cumprimento do plano de aulas do projeto “Música Maestro” - ano letivo 2023-2024;

Cumprimento do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas - ano letivo 2023-2024;

Cumprimento do plano de aulas nas AEC - ano letivo 2023-2024;

Gravação dos Áudios para a BTL;

Ensaios de preparação para as três “Audições Brilhantes”;

“Audição Brilhante” – 19-03-2024 – AMAN – “Todos ao Palco” com “Ovos do Ofício”

“Audição Brilhante” – 20-03-2024 – AMAN-Música: alunos que estudam instrumentos das famílias das Cordas Friccionadas e Madeiras;

“Audição Brilhante” – 21-03-2024 – AMAN-Música: alunos que estudam instrumentos das famílias dos metais e percussão;

Ensaios para a animação do Jantar Literário nas Caldas da Felgueira de 18-04-2024;

Ensaios para a animação da Assembleia Municipal Jovem de 24-04-2024

### SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Incentivo à Natalidade - Apoio foi requerido por 8 agregados familiares, tendo sido 9 deferidos por reunirem as condições previstas no Regulamento em vigor

Loja Solidária de Nelas - realizaram-se 10 novas inscrições de famílias. De registar que foram realizadas 15 deslocações à Loja Solidária a fim de serem doados bens (vestuário, calçado, mobília, etc.).

Atendimento de Apoio Psicossocial - espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, que apresentam maior dificuldade na adaptação à mudança, desencadeando uma maior pressão de sintomas de ansiedade, agravamento da doença, entre outros, realizou 24 atendimentos, dos quais 5 foram realizados no âmbito da Ação Social, 2 no âmbito da Universidade Sénior de Nelas e 17 no âmbito do Rendimento Social de Inserção (RSI).

Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais aprovado em reunião de Câmara realizada em 5 de dezembro de 2022, com continuação em 24 de fevereiro de 2023, e aprovado em reunião de Assembleia Municipal realizada em 24 de fevereiro de 2023, e no período solicitado, foi deferido 1 processo para atribuição do tarifário social.

### Rede Social

CLASN – 08 de março de 2024

Núcleo Executivo 26 de março de 2024 - Reuniu, no passado dia 8 de março, o Conselho Local de Ação Social de Nelas, tendo como ponto na ordem de trabalho, o manifesto de interesse por parte do Município em dinamizar o Programa CLDS – 5G no Concelho de Nelas. Reuniu também o Núcleo Executivo da Rede Social no dia 26 de março de 2024 com a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

seguinte ordem de trabalhos: Análise e discussão da Carta Social Municipal; Radar Social – Criação de equipa para projeto piloto.

O Centro de Respostas Integradas de Viseu, parceiro da Rede Social de Nelas dinamizou 15 horas de formação presencial, sobre o tema “Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências” dirigida a técnicos superiores, alargada a assistente operacionais. Decorreu entre fevereiro e março de 2024. Teve como objetivos: reconhecer a importância da comunidade na intervenção nos CAD; aumentar os níveis de informação na área dos CAD - favorecer a rede de encaminhamento e resposta aos indivíduos do concelho/dotar os técnicos de conhecimentos que permitam detetar, o mais precocemente possível, a problemática; informar sobre as respostas/recursos existentes no território.

### Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes

O número de Atendimentos do CLAIM de Nelas no período de 1 de fevereiro de 2024 a 31 de março de 2024 totalizaram 55, sendo que 19 foram do sexo masculino e 36 do sexo feminino.

Em seguida são apresentados os motivos pelos quais os migrantes se deslocaram ao serviço do CLAIM Nelas durante o período em análise. Realizou-se, no passado dia 22 de fevereiro, no Auditório Municipal do Edifício Multiusos, a I Sessão de Informação/Sensibilização Informar para Integrar destinada à população imigrante residente no concelho de Nelas e identificada pelo Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes – CLAIM Nelas. Esta sessão contou com a presença de representantes das áreas das Finanças, do Emprego, da Segurança Social, da Educação e da Saúde e pretendia esclarecer dúvidas prestando informações acerca das diferentes áreas, por forma a minimizar os constrangimentos existentes na população migrante, facilitando a sua integração na sociedade. A presença da população migrante neste evento foi a seguinte: Canas de Senhorim – 9; Lapa do Lobo - 3; Mangualde – 2; Nelas – 37; Satão-1; UF Santar Moreira – 3; Viseu – 6

Os Serviços de Intervenção Social, para além dos projetos sociais mencionados, desenvolve um trabalho diário e contínuo de diversos atendimentos presenciais e telefónicos assim como resposta a e-mails, de cariz social. De 01/02/2024 a 31/03/2024 foram realizados cerca de 300 atendimentos. Os atendimentos do SIS dividem-se pelos projetos/respostas em vigor no Município tais como Loja Solidária, Incentivo à Natalidade, Cartão Sénior Municipal, Habitação Social, Estratégia Local de Habitação, o Programa Porta de Entrada, Tarifários de Água: social e familiar, Projeto dos Cuidadores Informais, Projeto eGuard, Alto Comissariado para as Migrações – apoio e acompanhamento às famílias provenientes da Ucrânia, Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes - CLAIM e o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e também, por outros atendimentos de caráter de Ação Social que dizem respeito ao acompanhamento sistemático e encaminhamento dos indivíduos e/ou famílias para outros Serviços como CPCJ, Hospital, Serviços de Saúde Pública, Segurança Social, Tribunal Judicial – Ministério Público, IPSS, entre outros.

Decorrente da transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais, no domínio da Ação Social, o Município de Nelas passou a assumir o Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS) e o Atendimento e Acompanhamento das Famílias beneficiárias da prestação de Rendimento Social de Inserção (RSI), coordenando todo o trabalho inerente. No período de referência, no que se refere ao SAAS, foram acompanhadas 62 famílias (correspondendo a 115 beneficiários), foram realizadas 9 visitas domiciliárias, 54 atendimentos e celebrados 11 acordos de intervenção social.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Mais se informa, que foram ainda realizados 2 relatórios para pedido de integração em vaga reservada da segurança social (VRSS), para duas pessoas residentes no concelho.

Mais se acrescenta que foram realizados 2 relatórios para o Ministério Público (Tondela e Santa Comba Dão) no âmbito de Processo de Maior Acompanhado.

No que concerne à prestação do Rendimento Social de Inserção (RSI) enquanto apoio para indivíduos e famílias que implica um contrato de inserção para os ajudar a integrar-se social e profissionalmente, o pedido do mesmo continua a ser efetuado nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.

No âmbito da medida de acompanhamento às famílias beneficiárias de RSI, sob a coordenação da Câmara Municipal de Nelas, foram acompanhadas 94 famílias (correspondendo a 208 beneficiários), foram realizadas 51 visitas domiciliárias, 77 atendimentos e celebrados 21 contratos de inserção no período supramencionado.

### UNIVERSIDADE SÉNIOR DE NELAS

Universidade Sénior de Nelas recebeu alunos da Universidade Sénior Ativa do Porto, numa articulação da Universidade Sénior de Nelas com o serviço de Turismo e Património Cultural do Município de Nelas, foi proporcionada uma viagem de dois mil anos de história da Vila de Santar, através de lugares, ruas, largos e edifícios.

Da Igreja Matriz de São Pedro à Igreja da Misericórdia, passando pela rua da Carreira, Casa das Fidalgas e Paço dos Cunhas, espaços de visita que permitiram transmitir aos alunos os valores patrimoniais existentes na vila, bem como a sua história milenar.

O Agrupamento de Escolas de Nelas endereçou um convite à Universidade Sénior para participarmos no evento EAT DESIGN – Peddy paper, com jogos subordinados ao tema “Comemoração dos 50 anos do 25 de abril”, dinamizados pelas professoras e alunos do Curso Profissional de Design de Comunicação Gráfica, na Escola Secundária de Nelas.

Os nossos alunos do Projeto Itinerante de Senhorim viveram assim uma tarde diferente e muito divertida!

A convite da EB 2,3 Dr. Fortunato de Almeida, os alunos de Atividade Física da Universidade Sénior tiveram a oportunidade de terem uma aula orientada pelo Professor Nuno Soares no âmbito do Projeto Comunidade. Participaram também na caminhada e plantação de árvores, atividade organizada pelo Município.

### RECURSOS HUMANOS E SAÚDE

Realização de 1 mobilidade intercarreiras para Assistente Técnico:

Área do Desporto – Carlos Martins

Celebração de 5 contratos de prestação de serviços

Área de manutenção e limpeza de vias públicas – Fernando Coelho

Serviços externos – Sérgio Cunha, João Gonçalves e Carlos Pereira

Promoção do Sucesso educativo – Matilde Sousa

Aditamento de 1 contrato de emprego-inserção:

Área da ação educativa – Fernando Silveira

Realização de 2 consolidações de mobilidade intercarreiras:

Delegação de competências – Teresa Guerra (AE Nelas) e Lurdes Rosa (AE Canas de Senhorim)

Renovação de 1 contrato de prestação de serviços:

BUPI – Pedro Marques

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube (só para os vídeos) da Biblioteca com os seguintes conteúdos– “Oficina do Óscar: Este Sábado há contos” (atividades para famílias), “Sabias que...curiosidades”, “O Sabichão” (conteúdos pedagógicos de apoio à aprendizagem), “Audiolivros”, “Poesia e leituras”, sugestões de leitura, novidades da biblioteca, destaque de autores, “leituras com humor”, no total de 64 publicações, neste período.

Serviço de referência on-line: alguém que necessite de informação específica sobre determinado assunto, procedemos à pesquisa

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. A Câmara Municipal de Nelas, por intermédio da Biblioteca Municipal disponibiliza, a partir do mês de novembro de 2023, um serviço inovador "Livros que vão até ao seu local de trabalho. No mês de março foram emprestados 14 livros.

Participação da “Biblioteca sobre Rodas” no I Encontro Leitura em trânsito: Ant.º Quadros da Academia à comunidade”, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no dia 21 de março.

Exposições - “VI INTERNATIONAL SCHOOL CARTOON FESTIVAL: ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Constituída por 72 desenhos. Trabalhos elaborados por alunos e desenhos de outros autores, provenientes de diversos países e regiões do mundo, o que possibilita uma visão abrangente de como esta problemática é encarada por diferentes culturas e faixas etárias. Esteve patente na Biblioteca Municipal até 26 de fevereiro.

“Flora Real e Inventada”, exposição de pintura e desenho de António de Campos. O autor realizou dois ateliers: um com alunos da Universidade Sénior e outro com alunos das Férias em Ação, durante as férias da Páscoa.

PressReader (novo serviço): protocolo entre os Municípios da CIM Viseu Dão Lafões, que permitiu aos utentes inscritos na Biblioteca Municipal o acesso gratuito a mais de 7000 jornais e revistas de todo o mundo, em formato digital, a funcionar desde 23 de outubro. Já foram consultados pelos utilizadores da Biblioteca Municipal 7052 artigos.

Biblioteca itinerante nos estabelecimentos de ensino

1.º circuito ano letivo 2023/2024 - Total de empréstimos: 744 empréstimos de livros

- EB1 Lapa do Lobo, EB1+JI Vale de Madeiros e JI Canas de Senhorim
- EB1 + JI Aguieira e EB1+JI Vilar Seco
- EB1 Santar, JI Santar e JI Senhorim
- LEITURAS 100 IDADE

US FORA DE PORTAS: empréstimo de livros aos alunos da Universidade Sénior, tertúlias sobre livros e leituras, jogos e outras atividades criativas.

HISTÓRIAS DE VIDA, VIDA COM HISTÓRIAS projeto de parceria com a Universidade Sénior de Nelas: que possibilita aos seniores a partilha dos seus gostos literários, numa animada conversa tendo como ponto de partida os livros. Com esta atividade pretende-se melhorar a aprendizagem, a capacidade interpretativa e estimular o bom funcionamento da memória dos participantes.

(deslocação da Biblioteca itinerante aos polos da US) - Tema: “Poesia de Camões, Sebastião da Gama, Ant.º Ramos Rosa, Alexandre O'Neill e Natália Correia e gravação de poemas para apresentar no Encontro Ant.º Quadros em Coimbra.

06/02: US Aguieira - 07/02: US Urgeiriça - 08/02: US Carvalhal Redondo - 09/02, 23/02, 01/03, 8/03: US Vilar Seco – preparação e ensaio das apresentações das alunas sobre as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

crónicas de António Lobo Antunes, para a Cerimónia de Inauguração do Festival Literário Elos e dinamização do Percurso Literário.

**PARTICIPAÇÃO NA REUNIÃO PERIÓDICA DO GRUPO DE TRABALHO DA REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DE VISEU DÃO LAFÕES**, constituído por representante **OFICINAS MÚLTIPLAS**: apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano.

**BIBLIOTECA ITINERANTE NAS UNIDADE FABRIS  
SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

Realização de sessões de esclarecimento sobre Bio Resíduos dirigidos aos alunos do 3º e 4º ano de ambos os Agrupamentos e à população em geral (por lapso não enviámos na exposição anterior)

Participação no Carnaval Infantil (Pré-Escolar e 1º Ciclo);

Demonstração e participação na apresentação do Filme “Desamor” no âmbito da Promoção do Sucesso Educativo (Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim e Nelas);

Preparação do projeto “Até já Escola| Páscoa 2024”;

Preparação do projeto “Férias em Ação| Páscoa 2024”;

Realização do projeto “Férias em Ação| Páscoa 2024”;

Encerramento do 2.º Período:

Avaliações das atividades de Enriquecimento Curricular;

Formação “Primeiros Socorros” realizada no Quartel dos Bombeiros;

Previsão de custos PRR – Plano de Recuperação de Resiliência (Escola Secundária de Nelas e EB 2,3/S Engenheiro Dionísio Augusto Cunha);

**INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:**

N.º PROCESSO	AUTOR DA AÇÃO	FASE PROCESSUAL
424/17.4BEVIS	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda.	O Município deduziu contestação
175/19.5BEVIS	João Manuel Lopes Pereira	O Município deduziu contestação
24/20.1BEVIS	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.	O Município deduziu contestação
67/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabral, Lda.	O Município deduziu contestação
70/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.	O Município deduziu contestação
192/20.2BEVIS	MEO - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A.	O Município deduziu contestação
42/21.2T8NLS	Município de Nelas	O réu apresentou contestação
80/21.5BEVIS	Paulo Costa	O Município deduziu contestação
154/21.2T8NLS	Comissão Nacional de Proteção de Dados	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

2357/21.0T8VIS-A	Município de Nelas	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS
456/21.8BEVIS	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.	O Município deduziu contestação
141/21.0T8NLS	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência
148/22.0T8NLS	General Seguros, S.A.	O Município deduziu contestação
INJUNÇÃO Nº 84950/23.4YIPRT	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação
520/23.9BEVIS	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

- a) Dívida de médio e longo prazo: 7.958.618,90 €
- b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 1.627.902,39 € 2.369.417,14 €
- c) Dívida orçamental de faturas em conferência: 741.514,75 €
- d) Financiamentos contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €
- e) Financiamentos contratualizados por utilizar: 3.456.789,78 €
- f) Provisões/Responsabilidades contingentes: 803.438,78 €
- g) Responsabilidades contingentes 2021: 1.317.779,00 €
- h) Financiamentos aprovados AM de 23-04-21 (não contratualizados): 1.478.279,57 €
- i) Financiamento Acordo Colaboração IHRU 31/08/2021: 1.773.144,00 €

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Senhor Presidente da Câmara, remete para o documento? Sim Senhor. Esclarecimentos que queiram pôr os Senhores Deputados? Faça favor. Uma inscrição do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Obrigado Senhor Presidente.

Só um esclarecimento muito breve, Senhor Presidente da Câmara. Tem aqui na parte final, quando diz: Dívida orçamental de curto prazo, tem dois valores. O que é que se passa? É 1.627.902,39 euros. E, depois, tem outro logo em baixo.

Não. Há aqui dois, no final da Informação tem: Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores. Depois, tem dois valores a seguir aos dois pontos. O que é que é o primeiro? E o que é que é o segundo?

Sim, na última página. Dois valores.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Como diz na alínea b) tem aí 3. O do meio, o valor do meio é a soma dos outros dois valores, de 1.627.902,39 euros. Se o Senhor Deputado somar 1.627.902,39 euros. Ou seja, o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

documento que vinha tem os 2.369.417,14 euros que é o total. Se fizer a soma dos valores, é esse que é o valor global.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Os Senhores Deputados pretendem mais algum esclarecimento sobre esta Informação do Senhor Presidente da Câmara? Parece-me que não.

Então, passaríamos ao ponto 2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2023 e remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas.

Os Senhores Deputados querem-se inscrever já? Sim, Senhor. Faça favor. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

No que é o Relatório da Prestação de Contas de 2023 e da análise, portanto, o que nós apresentamos aqui foi, nós vimos de 2021 com o Resultado do Exercício de 1,6 milhões de euros negativos. E em 2022 houve um Resultado Líquido positivo de 780.000,00 euros.

Um resultado positivo que é, em parte, o que foi parte da contenção também da Despesa que esteve refletida. E o ano de 2022, onde não houve, de forma alguma, um fano de um Resultado Líquido positivo. O que nós nos temos que preocupar sempre, naturalmente, é com resultados negativos. Uma Autarquia tem que ter um equilíbrio, mas não é uma empresa para distribuir dividendos aos seus Acionistas.

Naturalmente que houve sempre esse fundamento, sabendo que 2023 ia ser um ano, particularmente, complexo, desfasado do que é uma realidade global que é um contexto tal, é, manifestamente, pouco adequado. Estamos a falar num contexto onde nós vivemos num período depois pós COVID-19, que entrou, de imediato, numa guerra que teve repercussões enormes no que foi o aumento brutal dos custos da matéria-prima. E também dos custos energéticos.

Lembro só, por exemplo, quer na parte da iluminação, quer da parte do gás, muita da fatura energética teve um aumento enorme. E, já lá vamos no que é a consecução até do próprio objetivo dos aumentos que houve.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Por amor de Deus, os Senhores não podem intervir. Estão a perturbar a exposição do Senhor Presidente da Câmara. Não me apercebi disso. Houve um curto diálogo que não prejudicou a gravação.

Eu estou incomodado porque estão a incomodar desse lado. Por amor de Deus. A mim incomoda-me. Não sei se chega ali ao Senhor Presidente da Câmara. Interrompem-se os trabalhos para manter a ordem e a disciplina. É isso que pretende Senhor Vereador?

Então, vá. E que é constantemente, que não param. Por amor de Deus. Então, vá. Então, não me compete a mim manter a ordem na Assembleia? O ruído que vem desse lado perturba o funcionamento. Eu não estou a ouvir, mas podem ouvir os Senhores, daí. Por amor de Deus.

Senhor Presidente da Câmara, pode continuar.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Posso? Obrigado Senhor Presidente.

Estava, então, eu a dizer que no que é a avaliação do Exercício de 2023, estávamos a falar num ano que encerrou em si três questões, particularmente, relevantes. Uma taxa de inflação nunca vista. Com a inflação a chegar aos dois dígitos, aos 10%. Com uma complexidade grande dos custos energéticos. Nós, por exemplo, nós não conseguimos agora fazer contratos com a EDP por mais de 6 meses, nem nós, nem nenhum Município, porque a própria EDP não



quer porque as atualizações depois têm custos enormes. Já lá vamos. Mas só para ficarmos com a sumarização, digamos assim, do que os casos elencados.

Estamos a falar aqui do que foi da delegação de competências, das transferências, no que concerne à remuneração com Funcionários, com um hiato negativo de 440.000,00 euros. Ou seja, com a transferência de competências, nós temos mais 91 Funcionários. E, do que é o valor transferido da DGAL para fazermos o processamento dos seus vencimentos, em que o que recebemos e o que, realmente, pagamos, há um diferencial de 440.000,00 euros.

Juntamos a isso também um Quadro, particularmente, difícil, que nós já o tínhamos falado também que é o encerramento de um Quadro Comunitário, que já foi falado aqui. E o encerramento desse Quadro Comunitário foi feito com um esforço acrescido grande. E foi feito com um esforço acrescido grande até no que é a parte depois das responsabilidades que têm a ver porque, naturalmente, para nós termos a componente do que é a comparticipação dos Fundos Estruturais teríamos que ter as empreitadas concluídas, a parte do seu pagamento.

Isso, naturalmente, obriga a um esforço financeiro acrescido. E um esforço financeiro acrescido que, naturalmente, teve repercussões de outra natureza, mas teve que ser feito porque era um imperativo ser feito. Nós não podíamos correr riscos, não sermos ressarcidos no investimento que fizemos, de termos a contrapartida do financiamento que realizámos e de não sermos lesados pela sua não concretização.

Recordo aqui também que muitas das outras empreitadas que foram feitas, até no Ciclo Urbano da Água, quando foi necessário, por uma questão de responsabilidade, quando foi necessário votar o tarifário da água que era uma questão que já vinha de há muito tempo, onde se havia a ideia de que podia ser repercutida, não tão diretamente, Senhor Deputado João Paulo, quando estavam a falar de saneamento, podia e deveria ter sido feita de uma forma faseada, como eram as recomendações da ERSAR e no que estava feito, o Executivo do Partido Socialista, na altura, não fez a atualização do tarifário.

Não fez a atualização do tarifário e o Ciclo Urbano da Água continuou. E quem era, na altura, a favor que fosse feito, os Senhores Vereadores da Oposição, na altura, que agora é a Coligação que está no Executivo, para ser feita de uma forma faseada, não foi. E teve que ser depois o Executivo da Coligação a aprovar o novo tarifário da água e a ficar com o ónus, sem problema, porque era, absolutamente, necessário. Qual era o problema se não fosse aprovado aquele tarifário? Teríamos que devolver o investimento de 5,5 milhões de euros do Ciclo Urbano da Água. Fomos a votação. Em reunião de Câmara, quem é que votou favoravelmente? Foi a Coligação. Quem é que votou contra? Os três Vereadores do Partido Socialista.

E, agora, quando nós falamos em responsabilidade social e financeira e de financiamentos e de obras, é bom também recentrarmos. Eu digo o porquê. Objetivamente, o porquê era o modelo de tarifário da água não estava correto, ou adequado, ou não espelhava e podia ser de outra maneira. Isto é uma parte. Agora, no final do dia, o que é que importava se o tarifário fosse aprovado com 90%, ou 91%, ou 92%, se não fosse acordado de acordo com um compromisso que foi assinado como obrigatório para ter o retorno? Devolvermos 5,5 milhões de euros. Portanto, sobre a questão da responsabilidade dos Fundos Comunitários, a Coligação está bem e recomenda-se.

Sobre a questão do compromisso e de se fazer e executar, também. E esse esforço todo, o nós andarmos aqui a falar no alongar das Despesas de Capital, o PT 2020 acabou em 2023. E bem, ou mal, também foi o Executivo, este Executivo que ficou com ele e teve que fazer este esforço financeiro. E o esforço financeiro teve repercussão imensa no que é o Resultado do Exercício. Desde logo no primeiro que tem a ver com a parte das Contas do Resultado do



Exercício. Há um Resultado do Exercício de menos 800.000,00 euros que tem muito a ver com o esforço financeiro acrescido que teve que ser feito no financiamento que foi formulado para concluirmos o PT 2030 à Linha dos Fundos Estruturais e do subfinanciamento que nós tivemos.

Nós tivemos, independentemente disso, em relação ao que são as Receitas Correntes, em relação ao que tem a ver com o FEF, o que nós recebíamos em relação mesmo a 2021, continuamos a receber menos FEF. Nós recebemos menos 300.000,00 euros de FEF em 2023 do que em relação a 2021. Nós, desde 2021 até 2023, perdemos FEF. Recebemos menos 300.000,00 euros de FEF em relação a 2021. A única atualização de FEF favorável positiva é a de 2024 onde há um aumento muito razoável do que é o valor do FEF. E, portanto, foi este Quadro Comunitário, esta necessidade de fechar o Quadro Comunitário, que norteou. E deixou-nos aqui.

E falamos agora também da dívida a curto prazo e a fornecedores que também, naturalmente, elencada, dentro do que são os procedimentos da Lei e os dados que estão aqui. Nós não podemos pegar num dado que esteja no Relatório e Prestação de Contas e tem o Revisor Oficial de Contas também e nos Quadros que nos dá jeito, são bons e os Quadros que não nos dão jeito, não são bons. Está lá um prazo médio de pagamentos a fornecedores de 59 dias. Não é nosso é do Revisor Oficial de Contas. A única coisa que podem colocar em causa é o Revisor Oficial de Contas, ponham-no em causa. O que nós estamos a falar aqui é de um Revisor Oficial de Contas, não somos nós. Portanto, que, curiosamente, é o mesmo Revisor Oficial de Contas de há anos. Portanto, os dados, quando interessam, já interessam, quando não interessam já não interessam e são como são.

Dizer-vos ainda outra questão também, não menos importante e há pouco foi falado nisso, na questão da Despesa Corrente. Deixar uma Despesa Corrente consolidada, como foi feita com atualizações que tiveram impactos no Orçamento de cerca de 400.000,00 euros, com mobilidades que foram feitas sem critério razoável também é uma coisa, particularmente, curiosa quando falamos em memória, Senhor Deputado.

Mas também podíamos falar de outra coisa: Que nós temos uma despesa comprometida, mas não paga, em final de 2021, superior a 3 milhões de euros. Acresce a este valor os valores que estão apurados em Sindicância no valor de 1,3 milhões de euros, que não estavam faturados, ou sem cabimento. E, naturalmente, com isso, imagina, nós andamos com Despesas Contingentes e algumas a regulariza-las, isso tem implicância também e de que maneira, no que é a gestão financeira da Autarquia.

Dizer-lhe ainda que, como sabe, o Governo, além de ter diminuído, em relação a 2021, o valor do FEF, faz, criou acelerador de carreiras, as promoções das carreiras, as atualizações, sem a devida contrapartida financeira.

Mais: Diminuiu o valor do FEF. Isso tem implicâncias, naturalmente, no que é a questão das disponibilidades de Tesouraria para o efeito. Nós estamos a falar que nós tivemos em 2023 um FEF de 6.189.107,00 euros. E tem este hiato de 300.000,00 euros em relação a 2021.

Portanto, o que nós estamos aqui a falar é de um ano complexo, que se baseia em duas, ou três questões em particular. Uma delas, claramente, o contexto internacional, que não é, pode, eu compreendo que no debate político nós podemos dizer se isso é mais, ou menos, relevante. Mas é, claramente, relevante porque tem impacto. Tem impacto no que é a questão dos custos energéticos. Tem com o que é a inflação. A inflação foi notabilíssima.

Tivemos um aumento enorme do que são as taxas de juro bancárias, que aumentaram mais 230.000,00 euros em relação a 2022. Estamos a falar, por exemplo, no fecho das candidaturas, por exemplo, entre outras coisas, só em 2023, para fecharmos o equipamento que foi inaugurado, como concluído em 2021, em junho de 2021, o novo Reservatório, que acho que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

sabem o que estou a falar. Tivemos um investimento em 2023 de mais de 170.000,00 euros para fechar a candidatura, para a concluirmos e para que a pudéssemos concluir para termos direito a recebermos os valores a que nos tínhamos candidatado. Desses 170.000,00 euros, foram grande parte dedicados à automação. Era um Reservatório em que ainda era feita a leitura de forma manual. E foi feita a indexação da parte da automação.

Como o CRO, mais 70.000,00 euros. A Ribeirinha, mais 80.000,00 euros. Só a título de exemplo do que são os Fundos para a conclusão do Exercício e do que vinha do PT 2020.

Portanto, o que nós estamos aqui a dizer é que este esforço grande que foi feito foi com o sentido de responsabilidade de acabar um Quadro Comunitário que vinha de trás, um Quadro Comunitário que estava concluído, mas que tinha que ser feito sob pena, obviamente, de não termos depois direito a ser ressarcidos, quer da parte que era a componente participada dos Fundos Estruturais, por um lado, quer por outro, não cumprindo, naturalmente, termos que devolver o investimento que estava formulado.

Como apontamento ainda razoável para se fazer: Dizer que, no que concerne a rácios, ou a evidências que estejam lá feitos nos Quadros, desde a cobrabilidade, desde a questão da Tesouraria, os rácios também são evidenciados no Relatórios dos Revisores Oficiais de Contas. E também eles nos dizem que, naturalmente, que os dados que lá estão expressos são dados favoráveis. Estão consultáveis. Estão disponíveis no Relatório esses dados e os motivos evidenciados dos rácios económicos e financeiros são pelo segundo ano consecutivo.

Dizer-lhes ainda que, em termos do que é o Resultado Líquido deste Exercício, se nós fizermos o que é a análise em dois anos, temos um resultado de mandato, se assim o podemos fazer, de resultado zero, basicamente. Sendo certo que, com um Resultado Líquido de 780.000,00 euros em 2022 e um negativo de 2023, está ela por ela.

Dizer que a dívida acumulada, que não é de empréstimos, mas é dívida acumulada de gestão financeira, de 2017 a 2021, são 3.820.000,00 euros, desagregada desta maneira também: Resultados líquidos em 2017- 1,6 milhões de euros negativos; Em 2018 – 580.000, euros negativos; em 2019 – 130.000,00 euros negativos; Em 2020 – 40.000,00 euros negativos; Em 2021 – 1,6 milhões de euros negativos. Portanto, resumidamente, sobre Resultados Líquidos, em termos do que funciona e de dívida acumulada, de 2017 a 2021, são 3.820.000,00 euros.

Naturalmente que os Resultados do Exercício são de um ano. Mas também temos que analisar depois o que é o decorrer do mandato e depois o que será o final do mandato. Final do mandato de 2017 a 2021: Dívida acumulada e resultados negativos – 3.820.000,00 euros.

Dizer-vos ainda também que toda esta questão implicou, naturalmente, que houvesse constrangimentos no que é o Resultado do Exercício. Mas também é a expectativa grande que o Executivo tem, que 2024, com o final do Ciclo e com o equilíbrio que foi possível fazer, que não está, completamente, sanado, muito, dificilmente, será. Bastará vermos este valor de quase 4 milhões de euros acumulados em Resultados de Exercícios negativos só ao longo de um mandato, para nós chegarmos a este valor.

Dizer ainda que, no que concerne aos investimentos que estão projetados para 2024 foi aquilo que nós também nos comprometemos, que era, de alguma forma, preparar a gestão financeira, que não é fácil e o equilíbrio financeiro para, naturalmente, fazermos um compromisso que nos parece correto. É deixarmos a Autarquia, financeiramente, melhor do que encontramos e com investimento concretizado.

Senhor Presidente, muito obrigado pela atenção.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Então, dava agora a possibilidade aos Senhores Deputados para se inscreverem quanto a este ponto da Prestação de Contas e do Relatório de Gestão de 2023. Portanto, o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva. Apenas duas inscrições? Faça favor Senhor Deputado.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Senhor Presidente, muito obrigado.

Não, tenho muito gosto de vir aqui, finalmente, concordar com o Senhor Presidente da Câmara. De facto, é um mandato de resultado zero. Eu até vou mais longe: É um mandato zero.

Zero obra. Zero valorização das condições de vida das pessoas. Zero investimento. Zero responsabilidade económica/financeira. Zero projeção do futuro. Mandato: Resultado zero.

Senhor Presidente, a conjuntura internacional, a consolidação das carreiras agora é uma desculpa desde 2021. As transferências das competências continuam a ser uma desculpa. É tudo uma desculpa. A projeção internacional. A conjuntura internacional.

Senhor Presidente, se é assim, eu gostava de invocar aqui a conjuntura galáctica, que é: As estrelas alinharam-se e a Câmara, em Receita de Capital, teve uma execução de 18,87%. Uma Execução total de 58%. O Senhor Presidente estava preocupado com a diminuição do FEF?

Atenção que uma Execução abaixo dos 80%, 85%, dois anos seguidos, põe em causa o FEF. Portanto, se está preocupado com o FEF é melhor que se preocupe, é. Mas é melhor que se preocupe como Resultado da sua Gestão. Ok? É melhor que se preocupe como Resultado da sua Gestão. Na Receita foi executado 29%.

Portanto, Senhor Presidente, o Senhor Presidente gosta tanto de falar do Reservatório da Água. Já viu? Se não tivesse 150.000,00 euros para executar no ano passado, se calhar, esta Execução dos Fundos Comunitários ainda era inferior. Ainda era inferior. Já viu? Se calhar, até calhou bem.

Despesa de Capital: As estrelas alinharam-se: 24,27% de Execução. Portanto, Execução, sim, relativamente ao Orçamento. Prevista verso Executada: 24%. Em matéria de Execução e em linha do que eu dizia há bocado: confiança – zero; mandato – zero; projeção de futuro – zero.

A Câmara de Nelas não tem credibilidade para executar Fundos Comunitários. Não tem. Quem chega ao final de três anos de mandato, vamos pintar aqui, vamos pintar aqui, pronto, dois anos e qualquer pin, quase três anos. Peça desculpa. Pronto.

A Câmara de Nelas chega a este ponto e já há alguma coisa que dá para ver relativamente ao seu futuro. Projetar o futuro, baseados no passado. Desde logo, uma Execução pior que medíocre, como disse há bocado. Confiança zero nas Instituições para os Fundos Comunitários.

A um ano das eleições fala-se e projeta-se contratar um investimento para financiamento a 100%. Investimento baseado num empréstimo da Câmara Municipal de Nelas contra o qual o Senhor Presidente lutou e prometeu às populações que ia acabar com os empréstimos como uma forma de investimento.

Como já lhe disse, o Senhor Presidente, há bocado, respondeu-nos que nós tínhamos um problema, que era, ou se fazia um empréstimo e se faziam investimentos, ou não haviam empréstimos e não haviam investimentos. Nós sempre fomos corretos e lineares e verticais naquilo que dizemos. Para fazer investimento faça-se empréstimo, desde que exista margem de endividamento e desde que não exista Tesouraria

Senhor Presidente, acabou com a Tesouraria da Câmara, mas o Senhor Presidente está a utilizar a margem de endividamento para empréstimos não co-financiados. E eu digo-lhe mais: Se quiser que eu faça aqui uma conta muito rapidamente, 1.700.000,00 euros, repito e reitero, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

obras que vão ser feitas com 1.700.000,00 euros são importantíssimas. Reitero. Agora, não podemos esquecermo-nos da sua questão de timing de ir fazer um empréstimo para fazer uma obra que tem que se financiar a 100%, quando estes 1.700.000,00 euros que o Senhor Presidente teve a capacidade de contratar nos últimos anos desde que iniciou o seu mandato zero, davam, a um ritmo de co-financiamento de 15% de um Fundo Comunitário, em Nelas, 11,3 milhões de euros em investimentos, se fosse financiado a 15%. Vem aqui o Senhor Presidente dizer que anda a mexer com os Fundos Comunitários para que seja tudo financiado a 100%.

Senhor Presidente, nem a 100%, nem a 150%, nem a 200%, nem a 300%. O Senhor Presidente não consegue executar. De que é que lhe adianta ter Fundos Comunitários? De que é que lhe adianta projetar?

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Tomem atenção. Muito obrigado.

Não. Peço desculpa. É o Senhor Vereador Artur Ferreira que agora estava a perturbar o seu discurso.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Senhor Presidente, ainda não veio um Relatório em matéria, acho curioso, muito curioso, o Senhor Presidente vir falar de pagamentos em atraso porque a cada informação que o Senhor Presidente da Câmara revela, sai mais uma capota. E, agora, saiu mais uma capota, que era a capota das faturas em conferência, que são uma coisa tão, que até o Senhor Presidente reconhece que é uma coisa tão mirabolante de se pôr numa secção à parte, que até. Já reparou?

Não, está explicado, mas também está explicado a capota que vai tirando. E eu vou dizer-lhe mais: No Balanço, no dia 31 de dezembro de 2023, tem aqui: Dívida a Fornecedores – 2,3 milhões de euros. Fornecedores de Investimentos – 340.000,00 euros. Outras Contas a pagar – 1.498.000,00 euros. Isto dá 4,1 milhões de euros que a Câmara de Nelas tem, neste momento, a pressionar a Tesouraria.

Portanto, falar de pagamentos em atraso, quando ainda não veio aqui um Relatório em que a Contabilidade conseguisse tirar do SNC as faturas que entraram na Câmara Municipal e a Câmara Municipal ainda não pagou, acho muitíssimo curioso que o Senhor Presidente venha aqui dizer que tem um prazo de pagamento médio de 59 dias. Mas, ó Senhor Presidente, também sei o que é que o Senhor Presidente me vai dizer: Não confia no ROC? Eu confio no ROC. Mas também confio no ROC na parte do Relatório em que ele diz assim: O Resultado Líquido da Câmara Municipal, em 2023, relativamente às Contas de 2023, tem as seguintes razões: Aumento das Prestações de Serviço – 819.000,00 euros; Fornecimentos e Serviços Externos – Aumento em 927.000,00 euros; Aumento em gastos com o Pessoal – Mais 937.000,00 euros. Senhor Presidente, isto são números, portanto, se quiser, pode contestar com números.

Mas eu não queria deixar de fazer uma nota política, que é assim: Ontem estivemos neste mesmo púlpito um Senhor de reconhecida projeção política, com uma inteligência reconhecida a nível nacional e no seu discurso, o Senhor Dr. Marques Mendes projetou e enalteceu a tarefa dos Autarcas na construção do 25 de Abril e projectou-a e construiu-a em três fases diferentes. Foi a primeira fase, a fase de oferecer e construir condições de vida para as populações. Numa segunda fase, de promover a qualidade de vida das populações. E numa terceira fase, a de o Autarca que atrai investimentos e de Autarca que cria emprego.

E, no âmbito deste investimento, o Senhor Dr. Marques Mendes, inclusivamente, referiu-se à integração e à Democracia, em Portugal, como uma forma de aceder à União Europeia, algo que ele considerou e considera estratégico, a nível de captação de Fundos Comunitários que permitem a promoção territorial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Senhor Presidente, será que o Senhor Presidente está pronto, ou esteve pronto, ou tem razões para vir aqui dizer às pessoas que vai cumprir tido aquilo a que se propôs e projeta tudo para o ano que vem, quando o seu maior calcanhar de Aquiles é a gestão corrente da Câmara, a gestão futura da Câmara, a projeção do Concelho de Nelas para o futuro, nomeadamente, na captação e execução de Fundos Comunitários, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Senhora Deputada, faz favor.

*A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:*

- Boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores,

Senhores Deputados,

Caro Público.

Ora bem, eu venho aqui, mais uma vez, tal como no ano passado porque isto, pronto, não posso, alguns reparos, relativamente, digamos, à boa forma de apresentar as Contas.

Mais uma vez, eu apelava a que fossem mais rigorosas, nomeadamente, quando nós estamos a analisar um Balanço, uma Demonstração de Resultados, por exemplo, temos um Anexo às mesmas Demonstrações, que é isso mesmo, é para nos explicar o que está em cada uma das rubricas do Balanço e da Demonstração de Resultados.

Ora bem e eles têm uns numerozinhos que, penso, que toda a gente vê aí uns numerozinhos. Esses numerozinhos não estão aí por acaso. Ou seja, mas eu constatei, porque, às tantas já estava toda, pronto, baralhada porque, ou estão mal numerados, ou os que estão numerados, vamos lá, não faz sentido o que lá está. Inclusivamente, alguns que dizem que não tem nada a comentar quando tem valores e não se pode dizer que não tenho nada a comentar quando tenho valores. Eu tenho que comentar. Eu tenho que explicar os valores.

E também se verifica que, neste Anexo, não adianta ter 115 páginas, que eu li, para que metade dele diga que não é aplicável, quando é aplicável. Portanto, eu diria que, eu posso dar alguns exemplos, eu posso dar alguns exemplos como, por exemplo, isto, começando aqui pelo Anexo, além de que a informação tem que ser clara e tem que ser, eu peço desculpa porque eu para ver eu tenho que usar óculos para ver ao perto.

Eu estou de óculos, mas eu posso até ter que mudar de lentes, também aceito, mas eu acho que na página 39, se alguém me conseguir dizer o que aqui está de uma forma que não seja cansativa e que se consiga perceber este Quadro relativamente à Quantia dos Custos dos Empréstimos Capitalizados durante o Período. É que eu, eu consigo ver com muito esforço. Mas, é assim: Isto não é claro. Isto não é, de todo, claro. Depois diz, por exemplo, quer dizer, isto tem que ser claro. Pronto, não há outra maneira de dizer.

Acho que, por exemplo, também carece de uma explicação relativamente às Imparidades de Clientes. Porque é que reduziram? Não basta eu pôr cá que tinha uma quantia bruta no início, depois reduziu e tenho um valor. Então, mas e é de quê? É, porquê?

Depois têm um monte de pontinhos que se pode explicar muita coisa aqui e é tudo: Não aplicável. Desculpem, mais isto não pode ser. Não está correto. Se não está correto, eu fico com muitas dúvidas em muitas coisas.

Nos Inventários, por exemplo, na página 53, na quantia registada de Inventários tem lá uma rubrica que, apesar de ser pequena, já não é tão pequena assim, diz que teve aqui Outras Reduções de Inventários – 19.453,00 euros. Eu não estou a dizer que não seja. Eu não estou a



dizer isso. Eu só pergunto porque é que, mais uma vez, uma série de rubricas a seguir, tudo - Não aplicável, onde não se explica que redução é. O que é que são Outras? Eu, sempre que vejo Outras, eu sou sincera, eu tenho muita curiosidade. Eu sou uma pessoa curiosa. E esta Outras reduções, que reduções? Quando tem aqui tantos itens para explicar, é tudo - Não aplicável.

Não basta pôr um Quadro e está tudo resolvido. É preciso escrever. Para isso temos o Balanço e temos a Demonstração de Resultados. Isto chama-se Anexo. É, justamente, para explicar.

Depois, por exemplo, outro exemplo: Se nós verificarmos, por exemplo, relativamente, às Provisões. Provisões. Temos aqui alguns, portanto, os valores iniciais, houve reforços, houve diminuições, tudo muito bem. O Quadro bate com o Balanço. Certo. Mas depois, a seguir, não explica, nos vários itens, não explica, por exemplo, porque é que houve uma diminuição. Foi, relativamente, a quê?

Entretanto, nas Responsabilidades Contingentes das Provisões, é certo que está cá um Quadro, está, bem feito e está, relativamente, a uma parcela das Provisões. Eu pergunto: Temos duas parcelas. Uma de 1.010.000,00 euros. Números redondos. E temos outra de 1.250.000,00 euros. A minha pergunta é: Porque é que a de 1.010.000,00 euros é especificada e bem e a de 1.250.000,00 euros não é? Eu sei a que é que diz respeito porque depois o Revisor tem lá e está lá explicado. Mas aqui tem que estar, tem que estar. Não é porque está no outro que não tem que estar aqui.

Isto, só para terminar aqui. Há mais coisinhas, mas, pronto, eu estou só a falar naquelas que eu acho que são mais pertinentes, mais importantes.

Por exemplo, relativamente à DR, na Demonstração de Resultados temos aqui um valor em gastos com o Pessoal de 6.420.000,00 euros. Muito bem. Entretanto, na página 82 do Anexo às Demonstrações Financeiras, em que explica aqui que faz parte da Norma 19, dos Benefícios dos Empregados, explica quais são os montantes que estão ali considerados e, se somarmos, porque diz, os valores, discrimina aqui e diz qual é o valor de remunerações, qual é o valor dos direitos a férias e subsídio de férias, encargos, etc.

Se somarmos estas três parcelas não dá o que está na Demonstração de Resultados. Ou seja, a Demonstração de Resultados diz 6.420.000,00 euros. Eu vou arredondar sempre. E este somatório dá 6.031.000,00 euros. Há aqui um diferencial de 339.000,00 euros. É de quê? É porquê? Não sei. Não está. Ou seja, carece de rigor este documento. E é um documento de extrema importância porque, digo-vos: A Demonstração de Resultados e o Balanço são muito importantes, porque são. São aqueles que toda a gente vê porque é só numa folha. Mas o Anexo ao Balanço é a essência destes dois documentos porque é onde se explicam todos aqueles valores. E não está explicado.

Depois, relativamente, aqui, eu peço desculpa. Tenho aqui algumas questões porque eu estive a ouvir atentamente e, relativamente aqui ao Relatório do Revisor, há aqui um certo número de coisas que eu acho que, pronto, que devo mencioná-las, algumas, porque tenho dúvidas, outras, porque e eu não estou a pôr em questão nada do Revisor, longe de mim tal coisa, nem, sequer, eu teria a ousadia de fazer tal coisa.

No entanto e não é isso que eu estou a fazer. Eu gostava era de certas explicações porque, por exemplo, a certa altura e eu já ouvi aqui falar o Senhor Presidente, nomeadamente, que o Passivo baixou. Efetivamente, o Passivo baixou. Mas é preciso ver porque é que ele baixou. Porque o Passivo é composto por várias rubricas. E há uma rubrica que, se a retirar da equação, já não houve baixa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Posso continuar? Portanto, se nós a retirarmos, até porque eu posso, por exemplo, dar um exemplo da Conta de Deferimentos, já não é bem assim.

E, depois, relativamente aos Fornecedores, há aqui um aumento bastante acentuado. Aliás, está aqui na comparação de 179% no aumento dos Fornecedores. E noto que os Fornecedores são diferentes dos Fornecedores de Investimento porque esses diminuíram. O que, de certa forma demonstra que, se diminuiu nos Fornecedores de Investimento, é porque houve menos Investimento. Certo. Porque os outros Fornecedores são Fornecedores de Conta Corrente.

Esses Fornecedores de Conta Corrente são aqueles que têm que ter o prazo médio de pagamento a não ultrapassar os 90 dias. Mas e o Senhor Presidente, há bocadinho, disse e falou no Revisor que disse que, efetivamente, disse e disse, escreveu aqui que tinha um prazo médio de 59 dias, mas, mas, eu peço licença para ler o que está no Relatório, porque o Relatório diz que, portanto, para haver transição, mas já a haver transição há montes de anos e eu não consigo perceber porque é que isto tudo nunca está transitado. E as dívidas a Fornecedores são uma coisa que não percebo.

E diz: Esta transição. Explica o Revisor: Esta transição de reporte da informação tem evidenciado dificuldades técnicas de transferência de informação que não permitiu obter a 31 de dezembro, designadamente, informação sobre pagamentos em atraso e prazo médio de pagamentos. E, depois, diz: Contudo, a título indicativo e baseado no nosso cálculo estimado, portanto, do Revisor, o prazo médio de pagamentos trimestral era de 59 dias. No entanto, naqueles documentos que enviaram para nós, que eu tenho aqui, tenho aqui um documento enviado pelo Município, de dívidas a Terceiros por Antiguidade de Saldo e verifico aqui, é este que têm aqui, dívidas com menos de 90 dias, entre 90 dias e 180 dias, entre 180 dias e 365 dias e mais de 365 dias e tem exceções.

E, depois, tem uma Coluna que diz: Pagamentos em atraso. Eu dei-me ao trabalho de somar isto tudo. E estes pagamentos em atraso, ou seja, superiores a 90 dias, rondam os 350.660,00 euros. E temos aqui pagamentos com um atraso de mais de 365 dias. Então, se não há pagamentos em atraso e eu não estou a pôr em questão o Revisor, porque ele também diz que ninguém lhe forneceu os valores. Mas, efetivamente, há este Mapa, há este Mapa. Não entendo muito bem. Isto, relativamente, aos Fornecedores.

E, há bocadinho, eu ouvi e também sei que é verdade que, relativamente aos Juros e Gastos Similares, houve aqui um aumento de 152% de um ano para o outro. Ou seja, temos aqui um aumento de 227.000,00 euros, como o Senhor Presidente disse e muito bem. Mas, a mim faz-me um bocadinho de espécie, mesmo assumindo que houve e aqui toda gente sabe, que houve aumento da taxa de juro imenso, já está a diminuir, mas houve aumento.

Mas, mesmo assim e partindo de um princípio de que os financiamentos tiveram uma ligeira diminuição porque se virmos aqui o de longo prazo, o não corrente e o corrente, ou seja, o de longo prazo e o de curto prazo, houve uma ligeira diminuição. E, portanto, como é que diminui esse valor? E como é que os juros aumentam 152% de um ano para o outro? É que é, reparem, são 152%. É mais uma vez e meia do que o ano anterior. Parece-me excessivo, 10%, não, 152%. Pronto, eu posso estar a ver isto mal, mas, pronto, tenho dúvidas. Daí, eu perguntar e questionar.

Depois, há várias coisas que, apesar de estar, o Revisor diz as coisas, que os Revisores falam, que eu até acho que eles foram um pouco e atendendo a que é um Senhor, foi Cavaleiro na forma como escreveu certas coisas. Mas, por exemplo, mas eles fazem muitos avisos. Este Relatório está cheio de avisos, nomeadamente, aqui também é uma coisa que esta mete-me um



bocadinho de, eu gostava muito de ouvir esta explicação também porque, por exemplo, na página 9 dos Revisores, no que diz respeito a Caixa e Banco.

Ora bem, para quem trabalha na área e sabe o que é que eu estou a dizer, mas eu explico um bocadinho, nós temos que fazer Reconciliações Bancárias. Ou seja, nós temos que validar aquilo que existe na Contabilidade e aquilo que existe no Banco. Aquilo tem que bater certo. E saber se o que ainda não caiu no Banco, porque é que ainda não caiu e há-de cair. E eu tenho que controlar isto. E tem que ser supervisionado.

E o Revisor vem chamar à atenção porque diz que: Recolheram as Reconciliações Bancárias. Mas chamou à atenção para determinadas datas e para evidenciar determinadas datas e determinadas regularizações. E depois diz: Por outro lado, as Reconciliações Bancárias não apresentam evidência documental da sua supervisão. Recomendamos que sejam adotados procedimentos de conferência e supervisão.

Eu, não, isto é, quer dizer, é um setor muito, muito, tem que haver supervisão. Não há outra maneira de dizer isto. Não percebo porquê. Quer dizer, eu acho que este Relatório está muito cheio de avisos, avisos.

Relativamente, por exemplo, nos Diferimentos, nos Rendimentos a reconhecer, a diminuição dos Rendimentos a reconhecer. Ora bem: E voltamos e isto, depois, também está no Passivo. Mas os Rendimentos a reconhecer pressupõem Investimento. Voltamos ao mesmo porque é algo que eu vou reconhecer no futuro. Eu estou aqui nos Rendimentos a reconhecer. E eu diminuí. Então, não sei. Há aqui qualquer coisa que está, está. Pronto, não bate.

Há aqui outras coisas. Pronto. Esta, aqui, já foi falada. Não me vou repetir. E, inclusivamente, também, há aqui uma chamada de atenção dos Revisores em que dizem que a dívida por habitante que aumentou no Concelho de Nelas, de 687,00 euros para 716,00 euros. O que quer dizer que a dívida do Município aumentou porque senão não haveria aumento por pessoa. Aumentou 380.000,00 euros, que também estão aqui escritos.

Há aqui outros 380.000,00 euros que eles também falam aqui. Eu peço desculpa. Eu tenho que passar isto. Isto é muita, muita, muita coisa. Tive que tomar notas e apontar e, portanto. Há aqui uma frase que eu, sinceramente, li-a umas quantas vezes e eu pergunto: Mas porque é que isto acontece? Na página 32 do Relatório do Revisor diz assim: Ora bem, para situar isto, está a falar da dívida total e, então, diz a certa altura: Na dívida total encontram-se incluídos 362.127,00 euros das Entidades a que se refere o Artigo 54.º, sendo que, por falta de reporte à DGAL, foi considerada a informação provisória obtida por parte do Município. Porque é que não é dada a informação necessária para que não haja constrangimentos neste tipo de situações?

Mais uma vez eu digo e só para, vou terminar porque penso que já me alonguei. Aliás, ainda tenho aqui mais umas dúvidas. Das dívidas, já falei. Agora, aqui, no Relatório de Gestão e já foi mencionado do peso, nunca é demais aqui referir que as Despesas Correntes têm um peso que eu acho que é mal. As Despesas Correntes têm um peso na Despesa Total de 68%. Despesa Corrente, é preciso ter atenção porque a Despesa Corrente pode-se tornar estrutural. E quando a Despesa se torna estrutural algo vai correr mal, algo vai correr muito mal.

E as baixas Execuções também são mencionadas, estes 19% de Receitas de Capital, 19%. E, depois, há aqui e penso que vou terminar com esta parte que é, no Relatório de Gestão, na discriminação das rubricas gerais da Demonstração de Resultados. Eu percebo que tenha que haver aumentos. Mas há algumas rubricas que gostava de ver mais explicadas, nomeadamente, o aumento da rubrica de Trabalhos Especializados. Porquê? É relativamente a quê?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Está a ver, isto é daquelas coisas que se estivesse bem explicado, se estivesse bem explicado no Anexo, provavelmente, já estaria isto explicado. Mas não está. Teve um aumento de 537.000,00 euros para 675.000,00 euros.

Honorários: Também tem aqui um aumento significativo de 290.000,00 euros para 328.000,00 euros.

Em Conservação e Reparação: 72.500,00 euros, para 256.000,00 euros. Conservação em quê? Onde?

Depois, relativamente, aqui, esta aqui, não sendo um valor tão elevado como as outras, provavelmente com uma diferença menor, bastante menor que as outras, mas causa-me aqui uma certa, pronto, dúvida: Despesas de Representação dos Serviços: Passaram de 2.782,00 euros em 2022 para, praticamente, 13.700,00 euros. O porquê deste aumento em Despesas de Representação dos Serviços? O que é que está aqui incluído?

E, há pouco, há pouco, o Senhor Presidente falou por causa do aumento dos Fornecimentos de Serviços Externos, falou, entre outras coisas, falou da eletricidade e falou do gás. Eu não consigo ver aqui onde é que está o gás porque aqui não diz gás, este não tem gás, mas tem eletricidade. Está nos Combustíveis. Então, também foi o que eu achei que estaria.

É assim: A eletricidade aumentou, mas o gás não e os outros combustíveis. Portanto, houve aqui um aumento, sim. Houve aqui um aumento no somatório das duas, houve. Mas não é tão significativo para o Resultado Negativo atingido, digamos assim, porque, realmente, este Resultado Líquido Negativo e como o Senhor Presidente disse há pouco e é verdade, deve ser visto ano a ano, exceto, exceto quando há Investimento que poderemos fazer a extrapolação para a frente. Agora, assim, com este pouco investimento, porque houve aumento.

É assim: Houve aumento dos Ativos Fixos Tangíveis, é verdade e por isso gerou também aumento das Depreciações, é verdade. Mas este aumento foi da inclusão de parte dos equipamentos por causa das Escolas e das Unidades de Saúde.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Concluiu, Senhora Deputada?

*A Senhora Deputada Alexandra Monteiro:*

- Penso que sim. Depois se tiver mais alguma coisa. Eu peço desculpa. Como é muita coisa, não sei se trarei mais alguma questão.

Obrigada.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhora Deputada.

Então, tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder. Acho que está na altura de fazermos um intervalo de dois minutos. E depois o Senhor Presidente conclui. Há tanta gente a pedir um intervalo de dois minutos. Para não quebrar o ritmo do ponto? Então, vá. Pois, também entendo que devia ser no fim do ponto. Então, vá. Com a maior brevidade, ó Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Muito bem.

Então, tentar, naturalmente, no que disse o Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, tem razão. Não é mandato zero. É mandato negativo que foi aquilo que os Senhores nos deixaram. Aqui, também, se calhar, concordo consigo. Portanto, não é zero. Tem razão. É mandato negativo que veio do Partido Socialista.

Depois, ó Senhor Vereador andamo-nos aqui a queixar para um lado e para o outro, depois andamos aqui num ping-pong.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

E deixe que lhe diga uma coisa, Senhor Deputado: Quando o Senhor acha que, no hiato do que é uma transferência de competências, 440.000,00 euros, estamos a falar aqui do Resultado Negativo de 800.000,00 euros. E os Senhores acham que 440.000,00 euros é pin, ó Senhor Deputado, não sei o que é que para si é? Isto como Einstein na Teoria da Relatividade. Para si, pode ser, para mim, não é. E é mais de metade do valor, Senhor Deputado. Não é, propriamente.

Sobre as Execuções, eu peço-vos desculpa, mas chegamos aqui a este ponto e parece que nos 8 anos anteriores, nós não sabíamos o que é que era a Execução das Despesas de Capital. E deixe que lhe diga, sobre Execuções e sobre Despesas de Capital, vamos pegar, se calhar, nos processos de Prestação de Contas dos anos anteriores e depois vamos ver.

Desculpem lá. Então os Senhores falam de presente e de passado e depois querem-me condicionar daquilo que eu posso falar, ou não? Tenham paciência. Tenham paciência. Isto é Democracia. Os Senhores dirimem os vossos argumentos. Eu dirimo os meus. É assim. Peço desculpa. Quer dizer: Não querem falar de passado, nem do futuro, porque não interessa. Desculpem lá. Eu não condiciono o vosso argumentário e os Senhores não condicionam o meu.

O contexto? O contexto é este. Isto não apareceu aqui assim. Ai e tal, a Despesa Corrente é muito grande. Pois é. Adivinhem lá porquê? Ai a dívida é grande. Pois é. Adivinhem lá porquê? Foi assim no seu pensamento? Eu gosto muito de o ouvir. E digo-lhe isto sinceramente. Mas naquela questão de passar do não ser deste mundo para a parte galáctica, estive muito bem. Mas, até podemos ir para o Universo e ganhámos escala aqui.

E depois chegamos ali do que é a parte do Universo onde a memória ficou presa na parte galáctica e não passou para a parte universal, Senhor Deputado. E na parte universal está lá uma Gestão Corrente excessiva, uma Despesa Corrente excessiva.

E vou para a Senhora Deputada agora, por quem também tenho muito apreço por si. A Senhora Deputada, o que disse, em alguma parte, eu concordo. Aliás, eu dizia isso. Muitos dos nossos documentos têm, precisavam de ser mais discriminados. Eu também perguntava o Outras. Porque é que o Outras, até podia ser 10.000,00 euros. Porque é não vinha discriminado? E mantenho.

Mas, ó Senhora Deputada, eu sei que a explicação não é a melhor. A Senhora Deputada também estive cá no outro mandato, tudo o que estive a ler, a Senhora Deputada vá ver o Relatório de 2019 e de 2020 se não está igual, textualmente.

Não é isso, esperem. Deixem-me acabar. Deixem-me acabar, por favor. Isto, o ruído, hoje, é uma coisa fantástica.

Se lá for ver, ainda por com a Senhora Deputada é da Área. Conhece bem. A terminologia que a Senhora Deputada ali pôs em causa está lá toda como nos anos anteriores. Eu volto, outra vez, a dizer: Não quer dizer que esteja bem. O que eu estou-lhe a dizer é: O que para mim é estranho, na altura não lhe causava estranheza e agora causa. Agora, a mim, sempre me causou. Eu acho que todos os documentos podem, podem, se eu acabar, podem e devem ser melhorados.

Houve questões aqui que foram apontadas e que já foram melhoradas. Eu não estou a dizer que o documento é perfeito. Há questões até aqui do que são Entidades Externas a fazer, que não nos podem imputar responsabilidades na redação de um documento que é elaborado por uma Entidade Externa. Não me parece que seja, não me parece que faça muito sentido.

Agora, pronto, por mais que, eu falava-lhe que fez alusão à intervenção do Senhor Dr. Marques Mendes sobre captar Investimento. Eu só lhe deixo uma pergunta, Senhor Deputado:



Sabe quantas empresas foram criadas nos 8 anos de mandato do Partido Socialista em Nelas? Quer que eu lhe diga? Uma. A Aquinos.

Senhora Deputada Alexandra Monteiro, se os contributos fossem cada vez mais esclarecedores, concordo consigo. Mas carecem de rigor. Naquilo que está a dizer, é assim: Eu, tecnicamente, nem eu vou rebater isso consigo, que é a sua Área e, naturalmente, que lhe reconheço competência nisso. E todos os documentos, quanto mais explícitos forem, quanto mais esclarecedores forem, eu acho que estamos a trabalhar nisso e também à vontade nisso porque o que eu acho que os documentos, às vezes, são tão herméticos que tem que ser gente que conheça a Área para perceber os documentos, como acabou por demonstrar.

A maior parte dos Deputados da Assembleia Municipal, ou qualquer um dos Agentes Políticos que não domine a Área, é um documento um bocado denso para o conseguir apanhar as coisas todas. Quem apanha mais, rigorosamente, é quem é especialista na Área. Concordo consigo. Eu acho que em sido feito melhorias, como a Senhora Deputada também disse. Ainda há caminho a percorrer? Há. E com os seus contributos também, que foram assentes, anotei-os também e solicitamos isso.

No que é o enquadramento interno, no que é o Relatório de Gestão da Autarquia, sim, podemos fazer outro tipo de esclarecimentos. No que é dos ROC,s, como sabe, nós não podemos. Sabe que tem a ver ali com a transição que houve da parte da Contabilidade. E a terminologia é a mesma, Senhora Deputada. Vá lá ver, 2019, 2020, é tudo igual. Não quer dizer que esteja bem, volto-lhe a dizer. Não sei se me estou a fazer entender. Estou a dizer que isto não é uma novidade. Esta terminologia vem dos ROC,s já desde a altura. Era só isso que eu queria dizer.

Agora, só concluo aqui com uma questão que é, ó Senhora Deputada, se tirarmos uma rubrica. Se eu tirar ali a rubrica da dívida a Fornecedores de 2,2 milhões de euros também ficamos sem dívida a Fornecedores. Não é uma questão só de rubrica, Senhora Deputada. Peço-lhe desculpa. Mas, olhe, a Despesa Corrente baixou, não aumentou.

Para concluir, dizer só uma coisa simples, o Senhor Presidente disse que era para eu ser telegráfico quanto for possível, obviamente. Mas, naturalmente, qualquer um Exercício de Contas é, há um sufrágio, é nisso que nós estamos aqui, num debate democrático. Naturalmente, tentamos esclarecer as dúvidas que há. Eu só deixava aqui umas aos Senhores Deputados que me parece que é importante falar. Foi a questão que nós falámos das Prestações de Serviço e dos aumentos e para onde é que as verbas foram.

Portanto, estamos a falar, por exemplo, 180.000,00 euros, que deviam estar no Quadro como a Senhora Deputada evidenciou. Mas nós estamos a falar, por exemplo, na Educação, em Alimentação e Transportes Escolares, aumentou 180.000,00 euros. E os documentos foram evidenciados em duas questões. Basta, por exemplo, ver o que trouxemos aqui do Mapa de Transportes da CIM Viseu Dão Lafões. Portanto, o Mapa de Transportes Escolares é feito no âmbito da CIM Viseu Dão Lafões. E se os Senhores Deputados forem ver, é só consultar os documentos que vieram à Assembleia Municipal, tiveram que ser aprovados cá.

Diz a Senhora Deputada que há um aumento exponencial do que era o valor do contrato porque houve CIM,s, por exemplo, que não conseguiram fazer os Transportes Escolares. A CIM Douro não conseguiu, por exemplo. E houve um reforço grande. Nós tínhamos aumentado o reforço. E na Alimentação, com a transferência de competências, houve aqui, por exemplo, o Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim tem refeitório próprio. Nelas não tem, é concessionado. Portanto, reflete-se aqui esse aumento, não na parte da Receita, mas na parte da Despesa porque foi feito com a contratação na parte da Alimentação.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Temos um aumento bastante significativo do Planalto Beirão, que são cerca de 200.000,00 euros, que tem a ver com os investimentos todos feitos que são do conhecimento público, o Investimento que está a ser feito no Planalto Beirão com o tratamento de resíduos, que depois é repercutido nos valores que aumentaram cerca de 18.000,00 euros, mais coisa, menos coisa, por mês.

Nos Trabalhos Especializados, nós temos aqui um conjunto de coisas que nós não damos resposta, reagentes, que nos têm causado bastantes transtornos. Há muito poucas empresas, a nível nacional, que forneçam reagentes e, basicamente, isto funciona como eles querem. Mesmo nos concursos, adjudicam para um concurso e depois já dizem que não fazem se não houver um valor de mercado a mais. E nós não podemos, se calhar, correr muitos riscos porque se nós não tivermos os reagentes a funcionar acho que já sabem o que é que acontece ao nível das ETAR,s.

Mas, depois, tem a ver com um conjunto, como as análises da CESAB, o supervisionamento que nós não temos condições, que é feito por uma empresa do que é da gestão das ETAR,s. Eu acho que era o modelo ideal, um dia chegamos lá, mas não o fazemos.

Ou como é a Equipa da Promoção do Sucesso Educativo, ou os Manuais Escolares, que foram ofertados, disponibilizados pelo Município aos nossos Alunos. Ou como é a Equipa da Promoção do Sucesso Educativo que tem uma repercussão imensa na Comunidade Escolar e podem aferir isso. E tem Terapeutas da Fala que são essenciais e há aqui gente, com o senso comum, vai lá, que estão a fazer um trabalho notabilíssimo no que é o combate às AFASIAS e aos problemas comunicacionais, logo no Pré-Escolar e é a preço de ouro.

Não há Terapeutas da Fala. Nós abrimos concurso público para isso. Não apareceu ninguém. E há uma empresa que tem, basicamente, as Terapeutas da Fala em toda a Região e é ao preço que cobra. Agora, o Serviço, ou a resposta, é enorme.

Pode ver também nos Quadros, Senhora Deputada, que há um consumo grande de iluminação pública. Houve um aumento de mais de 120.000,00 euros. E, em parte, está aqui, significante, muita parte do que é esta Prestação de Serviços.

Também lhe admito que o que lhe acabei de dizer, se estivesse lá, eventualmente, a Senhora Deputada fazia a pergunta e isso estava esclarecido? Sim, concordo consigo. Mas, basicamente, também era isso que eu lhe queria dizer. E dizer-lhe que, independentemente, de tudo, com os gastos do Pessoal, nós tínhamos um valor previsto de 6.960.085,00 euros, como sabe. E o executado foi 6.584.699,00 euros. Ficou aquém. Mas é uma fatura pesada.

Agora, fatura pesada não tem a ver, necessariamente, com um número de admissões, ou de novos Funcionários. O que nós estamos a falar aqui na fatura pesada, o que aumentou, exaustivamente, foi, temos aqui o que foi um acelerador grande de funcionamentos. O SIADAP teve uma repercussão imensa, depois, no valor, um acelerador de carreiras, a mobilidade nas carreiras técnicas superiores, a atualização dos vencimentos e depois com repercussões anteriores. E teve um impacto grande. Na globalidade, foram mais 400.000,00 euros. E, portanto, naturalmente, que isso tudo tem uma repercussão grande.

Só para terminar mesmo, a maior preocupação de uma Autarquia, de qualquer Autarquia, é o seu equilíbrio financeiro. E, nós, no equilíbrio financeiro, é assim: Receitas, não temos mais. Aumentámos o FEF este ano. É uma boa notícia para o Executivo, para o Município, para a Câmara. É uma boa notícia. Aumentámos o FEF, naturalmente que temos mais Receita.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Onde é que podemos ir buscar mais Receita? Aos sítios onde nós também não queremos ir, nem ninguém lá quer ir, ninguém quer tocar nisso, que é nos impostos, que é nas taxas. Mas, ninguém quer ir a esses potes.

A Despesa, nós não podemos tirar o que é o Serviço Público de uma Autarquia. Na Despesa vamos ter que pensar a sério, provavelmente, em fazermos modelos como as outras Autarquias estão a falar, em aderimos, já falámos aqui, em Rede na Gestão do Saneamento em baixa. Nós temos uma perda, a nível nacional, média, na distribuição de água, entre 40% a 50%.

Nós estamos a falar de um bem escasso que é a água. E nós, a nível nacional, perdemos entre 40% a 50%. Mas pagamo-la na mesma e não a usamos. E nós não temos meios, se calhar, para aferir isso e para contabilizar isso. Isso tem uma implicância enorme na Contabilidade e na Gestão Financeira da Autarquia.

Se nós não temos capacidade temos que arranjar forma de a ter. E isso é nas Depreciações que nós falámos. É uma discussão difícil. Eu sei que isto mede um bocado de receio. Mas, se calhar, vamos ter que pensar um dia, quer na questão das Comunidades Energéticas, na exploração das Comunidades Fotovoltaicas, ter iluminação inteligente, fazer parcerias com empresas públicas também.

Eu sei que é um discurso que pode assustar um bocadinho, mas eu estou disposto a trazê-lo para cá porque é isso que também tem que ser uma coisa que nós temos que encetar.

Obrigado Senhor Presidente.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito Obrigado.

Então, o desejado intervalo de dois minutos. Retomamos depois no ponto n.º 3. Mas tinha pedido? Ai, pede agora. Então, vá, antes de encerrarmos o ponto. Faz favor. Pronto, ainda estamos dentro do ponto. Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, faz favor, tem a palavra.

*O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:*

- Sim, Senhor Presidente, só um minuto para dar uma nota, uma nota, iminentemente, política, uma vez que é um bocado difícil discutir as Contas que são óbvias. É aquilo que aparece. Já aqui discuti. Não vou repetir.

O Senhor Presidente não contrapõe. Justifica com o passado. Em todas as ocasiões diz que já era assim no passado. Muito bem. Para quem se propunha a mudar, acho uma linha um bocado complicada, até um bocado temerária, para seguir. Mas, tudo bem.

Senhor Presidente, quanto à universalidade da nossa discussão, eu até podia ir para o plano teológico e dizer que não tenho fé neste Executivo. Mas, aquilo que eu queria mesmo, era que o Senhor Presidente descesse à Terra.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Deputado. Então, quer responder, ou não? Não.

Muito obrigado.

Sim Senhor. Então um intervalo de dois minutos e retomamos depois com o ponto n.º 3.

Pois, temos que votar. Exatamente. Então, concluída a discussão sobre a Conta de Gerência, quem vota contra? Seis votos contra. Quem se abstém? Uma abstenção do Senhor Deputado João Paulo Guerra. Está aprovada por maioria de 17 votos a favor.

Então, minuta, faz favor.

*A Senhora Primeira Secretária:*

### MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 - Apreciação e votação, nos termos do artigo 25.º, n.º 2, al. 1), da Lei n.º 75/2013, de 12/09, dos documentos de prestação de contas e relatório de gestão do ano de 2023 e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

remessa dos mesmos ao Tribunal de Contas, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 17 votos a favor, 6 votos contra e uma abstenção, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então, vamos pôr à votação a minuta. Quem vota contra a minuta? Quem se abstém?

Aprovada por unanimidade a minuta.

Agora é que vamos para o intervalo. Muito obrigado.

**Foi feito um intervalo.**

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

Então, vamos retomar os trabalhos com a Apreciação e votação da proposta de integração do Município de Nelas como sócio fundador da ÁREADÃO – Agência Regional de Energia e Ambiente, bem como a proposta de Estatutos.

Eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma exposição muito sumária sobre o que é a ÁREADÃO e quais são os seus objetivos.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Senhor Presidente, obrigado por me conceder a palavra para apresentar este ponto. Tem até a ver com o que nós acabámos esta parte da reunião. Muito do que é a parte da energia, a parte da água, a parte da iluminação pública, funciona agora, grande parte, em Agregações de Municípios e é o caso.

Nós estamos a falar aí numa Associação que agrega 8 Municípios. Desses 8 Municípios, 7 são da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões: Carregal do Sal, Mangualde, Nelas, Penalva do Castelo, Oliveira de Frades, Tondela e Santa Comba Dão. E juntando o oitavo Município, que é Mortágua que não é da CIM Viseu Dão Lafões, que é de Coimbra, mas não deixa de ser do nosso Distrito.

Portanto, estamos a falar de uma Agência Regional de Energia e Ambiente dos 8 Municípios e que, de alguma forma, é uma constituição do que pode ser feito em termos dos Fundos Estruturais Europeus e das obrigações de funcionamento em termos de Consórcio e de juntar diversos Municípios para poderem fazer isso.

Tem um Parceiro, que é um Parceiro Nacional, que é a Rede Nacional de Agências de Energia, o RENAE e que é o grande interlocutor com estas Parcerias. Portanto, isto é a informação técnica, consultadoria e acompanhamento de candidaturas. Basicamente é que nós temos também. Funciona com outras componentes noutras Instituições supra municipais. É na parte energética que os Municípios organizaram-se para darem respostas a estas questões que nós já aqui fomos levantando do que é a Eficiência Energética, do que são os grandes desafios do que são os consumos e a iluminação pública, mitigá-lo, diminuí-lo, fazer uma gestão inteligente da iluminação pública, da eficiência energética, dos painéis fotovoltaicos e da Agregação em Municípios. Nada mais que isto.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Os Senhores Deputados têm alguma questão a colocar quanto a esta integração na Agência Regional de Energia e Ambiente?

Se ninguém tiver, vamos pôr a votação: Quem vota contra? O Senhor Deputado João Paulo Guerra, com declaração de voto. Quem se abstém? Então, aprovado com um voto contra, com declaração de voto. Faz favor de apresentar a declaração de voto.

*O Senhor Deputado João Paulo Guerra:*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

- Obrigado Senhor Presidente, antes de mais nada.

Por evidências dos impactos que iniciativas idênticas de âmbito diferente, nomeadamente, a gestão da água e gestão dos resíduos sólidos em muitos Municípios do nosso País, tem no brutal aumento de custos para as populações o caminho da entrega a privados que significaram.

Mas também a linha de substituição de responsabilidades do Estado Central pela responsabilidade das Autarquias em matérias tão determinantes como o ordenamento do território e a gestão da floresta.

A CDU não acompanha a proposta da Câmara Municipal para integrar a AREADÃO.

Obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Não se importa de me fazer chegar a proposta? Senhor Deputado, importasse. Depois. À, está bem. Sim Senhor.

Muito obrigado.

Não havendo mais intervenções, então, faz favor, a minuta.

*A Senhora Primeira Secretária:*

MINUTA DA ATA

O ponto 2.3 – Apreciação e votação da proposta de integração do Município de Nelas como sócio fundador da ÁREADÃO – Agência Regional de Energia e Ambiente, bem como a proposta de Estatutos, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 23 votos a favor, 1 voto contra e 0 abstenções, por maioria.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Então vamos pôr agora a votação a minuta.

Quem vota contra? Quem se abstém? Então, aprovada a minuta, por unanimidade.

Pronto e damos por encerrado o Período da Ordem do Dia. Passamos ao Terceiro Período, da Intervenção do Público. Quem pretender inscrever-se para pedir informações, faz favor de dizer o nome, morada e o assunto.

Dr. Manuel Marques, Abril e a situação política. É a única intervenção? Mais ninguém se quer inscrever? Senhor Arlindo Duarte, Urgeirica. E assunto? Obras. Sim. Terceira intervenção: Jorge David, Senhorim, Carvalhas. Assunto? Espaços Públicos. Sim Senhor.

Então, o Público sabe que tem 5 minutos para a sua intervenção. Faz favor Senhor Dr. Manuel Marques.

*O Senhor Dr. Manuel Marques:*

- Muito boa tarde.

Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Na sua pessoa, cumprimento toda a Mesa da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores, Senhora Vereadora.

Senhores Membros da Assembleia Municipal.

Estimado Público.

Comemorou-se ontem, aqui nesta sala e também em todo o País, 50 anos de Abril, 50 anos de Abril que quando foi essa memorável data eu tinha 17 anos de idade. Andava nos bancos da Escola. E uma palavra feita pelas crianças do meu Concelho.

E fi-lo junto da Família e que defendem um produto do melhor do País e foi classificado como uma das melhores iguarias do País,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Por isso, Senhor Presidente da Câmara, eu tentei justificar porque é que não estive. Pedi a alguém pelo e-mail que foi enviado para justificar porque é que não estava e não o fizeram, não o justificaram, o que eu lamento.

Eu sei que Manuel Marques tem uma voz incómoda, sempre teve. Mas tem uma voz incómoda na defesa da verdade e na defesa de princípios e na defesa de lutas e de causas.

As pessoas, em Nelas, parece-me que ainda não há liberdade. Mas lamento que isto tivesse acontecido. Mas penso que, Senhor Presidente da Câmara, depois, pessoalmente, falarei. Não foi consigo. Peço desculpa. Não foi com V. Ex.<sup>a</sup>. Eu, depois, certamente, explicarei o que é que aconteceu.

Agora, tenho que falar numa questão que é a situação política, situação política dos empréstimos. Eu, se a memória não me atraiçoa, em todo o mandato, por uma questão de coerência e eu sou um homem de coluna vertebral óssea e não de gelatina, votei sempre contra empréstimos.

Não sei se houve alguma exceção que eu tivesse votado favoravelmente. Não sei. Eu também não posso. Votámos uma exceção. Pronto. Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara.

Pronto, é que eu já não tenho, já tenho 67 anos, já, às vezes bem vividos, às vezes mal vividos. Mas as minhas prateleiras cerebrais já não se conseguem recordar de tudo.

Depois aprovei. Aprovei empréstimos, alguns para o Centro de Dia de Vilar Seco. Outros para a crise que atravessou o País com a Troika e para com o desemprego da Johnson Controls.

Nós conseguimos que nenhum empreiteiro no Concelho de Nelas fosse para a falência. Torna-se insolvente. Porque foram os empréstimos, foram as obras que ainda hoje estão aí marcadas que fica um marco histórico porque é que fizemos empréstimos e como é que nós gerimos.

Por isso, vinha manifestar esta vontade, Senhor Presidente da Câmara, dizer-lhe que ainda aguardo até ao final do seu mandato, como prometemos ambos, ambos em campanha, quando andei ao seu lado, ombro a ombro, como seu Mandatário, de construirmos o Lar de Carvalho Redondo e o Centro de Dia de Vilar Seco.

E quero pedir, publicamente, àqueles que notaram a minha falta por não estar no 25 de Abril, mas que tive o cuidado, tive a cautela de justificar, pese embora, leiam outros documentos que eu envio e não lêem aqueles que devem ler em defesa do Cidadão Manuel da Conceição Marques.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Dr. Manuel Marques. Segunda intervenção, Senhor Arlindo Duarte.

*O Senhor Arlindo Duarte:*

- Senhor Presidente da Câmara.

Senhor Presidente da Assembleia.

Senhora Vice-Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Senhores Presidentes de Junta.

Estimado Público.

Boa tarde a todos.

Vou ser muito rápido, aliás, também não tenho muito tempo.



Acho que e isto são informações minhas e gostaria que algumas tivessem em consideração para com o Senhor Presidente da Câmara. Ou seja, o tempo dos incêndios está à porta, portanto, acho que é altura de se começar a fazer limpeza das bermas das estradas, principalmente, eu passei ainda ontem, de propósito, fui dar uma voltinha e quem vai, isso já não é nas estradas, mas quem vai, no cruzamento de Canas de Senhorim ou melhor, na rotunda de Canas de Senhorim para Vale de Madeiros, quer de um lado, quer de outro, aquilo, não sei, parece uma selva.

A erva é tão grande que não tem cabimento que dentro, a bem dizer, das povoações, que a erva se mantenha. É que há-de haver outras pessoas que queiram transitar aí, têm que andar no alcatrão. Não podem andar no passeio, se é que aquilo tem passeio.

Também dizer que há ervas nos nossos passeios, nomeadamente, em Santar e nomeadamente, em Canas de Senhorim, mais, propriamente, quem vai da Urgeiriça, do Jardim-Escola João de Deus para Canas de Senhorim e o passeio está cheio de erva.

Solicitava já há muito tempo, do tempo do outro Senhor, pedi, mais que uma vez, placas nas ruas. Há ruas em Canas de Senhorim, principalmente, em Canas de Senhorim, que não há placas nas ruas. Vou dar um exemplo de uma rua. A rua que vai do Jardim Escola para Canas de Senhorim não tem uma placa, nem de um lado, nem de outro. Fala-se que é a Rua 1 de Julho. Não sei se é, se não é porque não tem placa. Quem vai do Jardim-Escola João de Deus para baixo.

Sugeria também, já pedi mais do que uma vez, nós temos aqui de trás uns balões que eram antigamente cheios de vinho. Se a Câmara não podia abrir umas portazinhas nalguns balões, fazer um género umas tasczinhas ali para quando fosse a Feira do Vinho, quem diz tascas, diz outras coisas, pode ser até artesanatos, quem sabe.

A Câmara fez uma grande obra na Urgeiriça, propriamente, foi, pavimentou o Largo de Santa Barbara. Tirou na entrada para as casas de quatro casas, para a entrada das pessoas para as casas sem terra. Mas tirou só do lado da sala. Na cozinha continuam a entrar com lama.

E mais: Há, além daquelas quatro casas, há mais treze casas envolventes ao Largo de Santa Barbara que as pessoas continuam a entrar com lama para dentro das casas. Gostaria de saber se tem alguma solução, se prevê alguma solução para essa situação.

As limpezas das ruas em Canas de Senhorim, nomeadamente, na Urgeiriça, eu posso-vos dizer uma coisa: Desde os finais de novembro até esta segunda-feira, terça-feira, dois dias, é que fizeram limpeza numas folhas que estavam encostadas ao muro da EDM. Portanto, as folhas mantiveram-se lá durante cinco meses sem que as mesmas fossem limpas. Por isso não posso dizer que se trabalha bem porque, a nível de limpeza, aquilo está péssimo mesmo, péssimo mesmo.

Passadeiras, continuam a não existir passadeiras e não vou falar na passadeira do Fojo e vou dizer porquê. Não é que esteja feita. Mas eu acredito nas pessoas. E, neste caso, acredito no Senhor Presidente da Câmara que prometeu, dentro de poucos dias, mais dia, menos dia, que ia resolver essa situação. Mas há outras passadeiras. A Urgeiriça não tem uma passadeira única, por exemplo.

Há um buraco, continua-se a manter um buraco aqui na estrada, eu vou chamar Ponte Nova, quem vai agora para Seia, o buraco continua. Eu ontem estive lá e então, se é uma ponte construída há meia dúzia de dias e já continua a ter lá um buraco enorme no meio, no meio, numa faixa.

Também na E.N. n.º 231, ali ao pé das Bombas da Póvoa das Roçadas há, quem vai para baixo, para o lado de Seia, do lado esquerdo há um tubo qualquer que a água vai para a estrada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

E, então, quando chove, a estrada fica, completamente, vou exagerar um bocadinho, completamente, cheia de água, mas, pelo menos, com muita água, porque não há valetas ali.

Para terminar, Senhor Presidente, para não passar os 5 minutos, eu não sei se passei, deve estar quase. Para terminar, dizer que há coisa de dois meses e tal foram abertas umas caixas de esgoto, caixas das antigas ainda, feitas pela Junta de Energia Nuclear, ali, estou a mentir, pela ENU, abertas para limpar os esgotos. Essas caixas, como sabem, antigamente as tampas eram em cimento. Foram levantadas essas tampas devido a limpeza de esgotos. Passados dois meses e tal as tampas não estão chumbadas ainda. Não percebo o que é que se passa. Começam obras e não as acabam.

Era só isto e desejar a todos uma muito boa tarde.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Obrigado. Terceira intervenção. Senhor Jorge David. Faz favor.

*O Senhor Jorge David:*

- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados

E Ilustre Público.

Eu venho aqui fazer um apelo porque acho que fazê-lo diretamente ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores não resulta, que é, relativamente aos Espaços Públicos, mais concretamente, Edifícios Públicos.

Houve uma situação no Centro Escolar que demoraram 6 meses a substituir os Quadros Interactivos, ou pô-los a funcionar. Após alguém fazer alguma coisa, ou seja, Representante dos Pais porque a Associação de Pais não o faz e todos nós sabemos os motivos porquê, foram substituídas as lâmpadas dos Quadros Interactivos, 6 meses depois. Foi em fevereiro, nas Férias do Carnaval. Em dois dias resolveram o problema que demoraram 6 meses a fazer.

Depois, outro apelo que faço, as minhas filhas frequentam as Piscinas Municipais e ouço aqui, já no ano passado ouvi, este ano também já ouvi, tanto dinheiro para a Educação, tanta Requalificação de Espaços, tantos Projetos. Não ponho em causa se são feitos, ou não. Mais um inverno, nas Piscinas Municipais chovia, não digo tanto como na rua, mas quase. Com lâmpadas a pingar água. Com falta de lâmpadas nos Balneários. Agora não se nota, é verão. De inverno, havia Balneários que não tinham uma, uma única lâmpada a funcionar. E nós pagamos uma prestação mensal.

E outra coisa: Em 10 anos, nunca as Piscinas tiveram tantas vezes fechadas como agora. Não há mês nenhum desde que se iniciaram em setembro que as crianças possam frequentar as aulas semanalmente. Porquê? Não há produtos para tratamento? Quem frequenta não reúne as condições de higiene? Não me cabe a mim analisar esse ponto.

Peço, por favor, no próximo inverno, com tanto Projeto, requalifiquem aquele Espaço porque não há condições com as lâmpadas a pingar água, a piscar. Então, no mês de dezembro até dá jeito porque é Natal.

Agora, as crianças terem que se vestir às escuras porque não há lâmpadas, é lamentável. Se não chega o que os Utilizadores das Piscinas pagam, subam as taxas. Mas que reúnam condições.

E, já agora, deixo um apelo à Câmara: As Piscinas Municipais de Nelas, por vezes deixam os miúdos de Nelas por inscrever para inscrever os miúdos, não tenho nada contra eles, de Carregal do Sal, de Oliveira do Hospital e de Mangualde. Porque eu, se for às outras Piscinas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

de Mangualde não porque está em construção, a prioridade é do Concelho. Aqui não interessa. A prioridade, não sei qual é.

E, depois, na Escola, já foi um assunto que debati com o Senhor Presidente da Câmara, do qual não fiquei muito agradado do tipo de conversa, dizem que os Empregados que a Câmara coloca nas Escolas são suficientes. Não são. Eu digo porquê. Diz que é um coeficiente que há, um Empregado para não sei quantos Alunos. Pois, mas a turma da minha filha tem um Autista e tem aquele Deficiente que anda ali. Só nesses dois estão dois Funcionários. Como é que depois cumprem os coeficientes para os outros? E devido ao número de Alunos que informei, Autistas, que há na Escola, há Funcionários só responsáveis por aqueles Alunos.

Nos Espaços Públicos da Escola não há Funcionários. Eu já cheguei à Escola, ao Centro Escolar, para ir buscar as notas e ser o Diretor da Escola, o Senhor Henrique, a ligar as luzes porque a Escola estava aberta e não havia ninguém na Escola, nem Funcionários, nem Professores.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Jorge David.

*O Senhor Jorge David:*

- Por isso, apelo à Câmara Municipal que faça algo relativamente às Piscinas. Não sei o problema concreto que elas fecham todas as semanas. Se é falta de produtos de tratamento, se o que é. Pelo menos, ponham-nas funcionar e em condições de funcionar.

Muito obrigado.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

Senhor Jorge David, muito obrigado.

Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e na sequência daquilo que veio referir aqui o Senhor Dr. Manuel Marques, eu queria convidar os Senhores Deputados e já não é uma ideia nova, a fazermos uma visita ao Concelho, num sábado, de autocarro, se calhar, o Senhor Presidente da Câmara vai-nos facultar o autocarro, a visitarmos as obras mais estruturantes do Concelho porque alguns dos Senhores Deputados nem conhecem.

E gostaria, naturalmente, de visitar. Eu digo, a ETAR n.º 3, por exemplo, o grande Reservatório, o Centro de Dia de Senhorim, que é uma pena, um investimento que se fez ali e está parado há tanto tempo. E era muito interessante visitarmos as obras mais emblemáticas, aquelas que são mais estruturantes para o Concelho.

Já falei nisto há imenso tempo. E, agora que o tempo melhorou. Estamos em maio, junho, por aí assim, rapidamente, marcaríamos um sábado para termos mais tempo para visitar tudo. Se calhar, até almoçaríamos a meio. E agradecia que me sugerissem, exatamente, aquilo que acham que é interessante visitar.

Fica aqui o convite aos Senhores Deputados a ver se é em maio que fazemos isto. E podemos dar uma volta pelas Freguesias todas, se assim o entenderem, com muito gosto, estou disponível para isso. Tem a palavra o Senhor Presidente da Câmara.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Então, sobre as questões que foram colocadas pelos três Municipais, no que concerne ao Senhor Dr. Manuel Marques, a primeira situação que falou de Abril, naturalmente, não tem a ver, pelo que eu percebi, diretamente, com nada da Câmara, com o Executivo, ou pessoalmente.

Percebi o contexto. Acho que percebemos todos o que é. Mas, pronto, não vou, naturalmente. É uma afirmação sua e portanto, naturalmente, não comentarei, como é óbvio.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Sobre a construção do Lar de Carvalhal Redondo e do Centro de Dia de Vila Ruiva, é assim: A intenção, nós temos. Há um Projeto. Nós temos território. Nem vou falar de paternidade, ser o PSD, ou ser o CDS, ou do PS, não interessa. Acho que é uma ideia transversal. Toda a gente concorda com ela. E, portanto, a paternidade, neste conceito, não é, para mim, assim tão relevante no sentido em que o que é interessante, ou relevante, é a construção do equipamento.

Estamos a falar, por exemplo, o Lar de Carvalhal Redondo, andamos nisto há muitos anos a falar. Não é uma Câmara que constrói um Lar, ou um Edifício Social. O que a Autarquia faz e bem é apoiar, politicamente, para que seja construído, seja na conceção do Plano, da sua Arquitetura, enquanto espaço físico, seja no que está instituído já há anos, como se fez antigamente, de apoiar a parte não financiada. É uma questão que até está instituída e assegurada e muito bem.

Mas para um Lar ser construído e, neste momento, não há enquadramento legal nenhum, nem existe nenhuma, nem é a parte só do financiamento, porque é assim: O financiamento é importante, mas antes do financiamento é o enquadramento legal. Até poderia haver financiamento, até próprio, mas não havia enquadramento legal. Para Lar não há, nem Centro de Dia.

A solução que havia e que se foi falando, é algumas soluções que podem passar por ser um Centro Intergeracional, arrançando um nome que possa, de alguma forma, dar a volta à situação e que resulte como Centro de Dia.

Muitos dos que hoje são Lares começaram por ser Centros de Dia e evoluíram para Lar. Para evoluir para Lar, eu duvido que, no futuro, isso possa acontecer porque tudo o que aparece a nível nacional é n sentido contrário. Mas o que hoje é assim, amanhã pode ser, naturalmente, diferente. Agora, onde há espaço é para Centro de Dia. E, a mim, aí, parece-me que há espaço.

E em Carvalhal Redondo há um espaço que foi ofertado à Paróquia, à Igreja, neste caso. E o processo, para ser despoletado, é sempre com o apoio da Autarquia. Para dizer isso, o Senhor Presidente da Junta também sabe isso bem. Somos nós que temos feito, ultimamente, força para que não caia aquilo. E o Senhor Presidente da Junta sabe isso.

Não caiu, não. Não caiu. Não caiu.

O que eu estou a dizer é que é assim: Todos os anos os Centros de Dia, ou as IPSS,s, têm que ter um comprovativo de atividade. Não, não. Tem que ter mesmo atividade. Tem que ter uma declaração em conforme estão ativos. Portanto, aquela, basicamente, não está ativa porque não existe. E nós temos que emitir uma declaração a dizer que continuamos ativos e com interesse nisso. E, quem tutela a propriedade, o interesse não tenha sido tanto. E nós temos feito isso, o Senhor Presidente da Junta sabe bem, no sentido de continuarmos com isso. E o continuar com isso é o Projeto existe e o trabalho é feito no sentido em que possa ser feito como Centro de Dia.

O único óbice que tem é que tem que ter por trás uma Instituição, devidamente, credenciada, Das duas, uma: Ou funciona com a criação de uma Instituição em Carvalhal Redondo, por exemplo. Ou aproveitar alguma que lá esteja e evoluir o que é o seu objetivo social e deliberar que permita funcionar de outra forma, como, por exemplo, a Associação do Folhadal, que também era uma Associação, meramente, Desportiva e Cultural e adequou os Estatutos e neste momento é uma Associação que tem intervenção constituída como IPSS para poder fazer esse efeito. Ou, então, não conseguimos e podemos ter que recorrer a outra IPSS para, de alguma forma, tomar conta disso. Mas este é o caminho. O que não invalida que não haja vontade política de o fazer, ou que haja vontade de a concretizar.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

Agora, há outras questões, a montante, que são importantes. Tem que haver uma Associação, ou uma Instituição. Pode ser a Igreja. Pode ser a Igreja desde que também tenha a vontade em fazer.

Agora, o Projeto funciona, o Projeto está lá. Neste momento, não existe, para já, nenhuma Linha de Financiamento. Eu lembro, por exemplo, que, no que concerne, nem vou agora levantar isso, mas, do Fundo Ambiental, falava-se há muito que iam abrir para as viaturas elétricas. Abriu agora e também nos candidatámos. Mas, durante muito tempo, dizia-se que ia abrir e acabou por abrir agora. Pode não abrir.

Também se diz que pode haver na Ação Social para Centros de Dia, ou Centros Intergeracionais que, nos meios mais pequenos juntem as crianças quando saem da Escola e têm o acompanhamento e aos Adultos como Centro de Dia, que há isso, essa tipologia em cima da Mesa. Mas não está ainda nada concretizado. Quando eu falo de Carvalhal Redondo, falo de Vila Ruiva.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- É para avançar muito rapidamente porque estamos a ultrapassar o tempo deste terceiro Período, o máximo de 30 minutos, o máximo.

*O Senhor Presidente da Câmara:*

- Então, do Senhor Arlindo, pronto, olhe, de qualquer maneira, mesmo muito do que tem a ver com a abertura de caminhos e limpeza de caminhos, há uma questão que tem a ver com investimentos que foram feitos que não são a panaceia de tudo, mas que vão contribuir, de certeza, para melhorarmos isso. Desde logo, a aquisição da motoniveladora, que é um anseio antigo dos Serviços para darmos resposta a isso, quer em termos de Proteção Civil e era isso que o Senhor Arlindo estava a falar, que era uma questão que as duas Corporações tanto avisam, mesmo as Juntas de Freguesia e nós também pensamos da mesma maneira. Quer o trator novo que nós temos e que com os equipamentos que tem para limpeza também que foi uma candidatura que fizemos com um trator novo que adquirimos. Entre outros equipamentos que, paulatinamente, vamos fazendo no que é a frota automóvel, particularmente, no que concerne à intervenção na limpeza e na abertura e manutenção dos caminhos rurais e florestais.

A questão da placa que estava a falar o Senhor Arlindo, eu tive ali a informação logo do Senhor Presidente da Junta que já estaria resolvido. Portanto, eu parto do pressuposto que isso seja um dado adquirido.

Do Largo de Santa Bárbara, haverá sempre alguma coisa para fazer. Eu acho que o que era importante fazer lá, já foi feito, embora haja um anseio, até da população em do que é a parte da frente ainda ser projetada até à estrada para servir de jardim, ou que o valha. Pelo menos, foi isso que os habitantes nos manifestaram.

No que concerne ao buraco na Ponte Nova, no tabuleiro, sim, está lá, é verdade. Vale o que vale, como é óbvio. Mas a Ponte é da IP. Decorre do que é a empreitada da IP. E a IP costuma fazer sempre sacudir a água do capote à espera que seja resolvido. E o buraco incomoda? Incomoda. Mas não é o Município que vai ter que fazer aquilo numa empreitada nova da IP. O que é que o Município tem que fazer? O que tem feito, que é apresentar, reclamar e no que é a ação da Autarquia é fazer as diligências que tem que fazer junto da IP.

No que concerne ao que disse o Senhor Jorge David, dos Edifícios Públicos, dos Quadros Interativos. Sim, demorou um bocadinho, mas foram concluídos. Nem sempre é possível fazer tudo como desejaríamos. Há um Investimento novo também que foi feito pelo Ministério da Educação, pela Administração Central, no que foi os equipamentos também nas Escolas, que passou um bocadinho à margem. Mas, se houve um Investimento grande e



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE NELAS

---

significativo, foi na Educação, pela Administração Central, na substituição dos computadores e na disponibilidade de meios informáticos e de videoprojectores para todas as salas. E foi um investimento que foi feito importante.

Portanto, para concluir, das Piscinas Municipais, as Piscinas Municipais, às vezes, vão fechando. E vão fechando, mas, em abono da verdade, há o ressarcimento da parte em que está feito o encerramento das Piscinas. O encerramento das Piscinas deve-se a duas, ou três coisas, em particular e são riscos que se correm também. Nós temos, neste momento, uma quantidade muito significativa de frequentadores. E temos umas Piscinas que têm que dar resposta muito grande à nossa população Sénior. Não abdicamos disso. E às crianças todas do Projeto que foram incluídas no AMA, na Adaptação ao Meio Aquático, que é as crianças todas frequentarem as Piscinas.

Obviamente que no meio disto, nós, é uma Escola inclusiva, é uma Comunidade inclusiva, todas as crianças participam nessas atividades. E, naturalmente, há riscos que se correm, que se mitigam, mas não se conseguem suprir todos.

Há uma apertada vigilância sobre isso. Às vezes são questões residuais. Mas a Senhora Delegada de Saúde não tem a ver com reagentes, ou produtos químicos. Tem a ver mesmo com as pessoas. E eu não gostaria de utilizar a palavra da higienização, ou isso, mas tem a ver muito até com a tipologia de Séniores e de crianças que nós temos, mas que nós não podemos proibir de irem frequentar as Piscinas.

Número de Funcionários, para concluir, coeficientes e rácios. Os rácios são cumpridos e não são definidos por nós. São definidos pelo Ministério da Educação. E todos os números de Funcionários que estão adstritos e aumentaram são de acordo com o crescendo do que preconiza o Ministério da Educação. Mais ainda: No Ministério da Educação há uma Norma onde quando há Alunos das Necessidades Educativas Especiais seja a Administração Central a facultar o acompanhamento e falou o Senhor Jorge David até de um caso em particular, do acompanhamento de um Aluno com Necessidades Educativas Especiais.

E, nessa aceção, as respostas que nós temos tido da DGESTE, com três alunos, foi-nos dito que não havia dotação orçamental para isso. Mas deixe que lhe diga que a Câmara meteu lá os Funcionários na mesma. E os Funcionários e os rácios são cumpridos. Isso, não tenha dúvida nenhuma.

*O Senhor Presidente da Assembleia:*

- Muito obrigado Senhor Presidente.

Está encerrado o Período das inscrições. Temos meia hora. Ultrapassámos e acabaram as inscrições. Tenho muita pena. Mas está fora de contexto, fora de prazo, digamos assim.

Então, está encerrada a sessão.

Muito obrigado pela vossa presença. Se alguém precisar de justificação de falta, faz favor.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: